

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PE – SME Nº 90335/2026

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, pelo critério de julgamento menor preço lote, sob o regime de empreitada por Preço Unitário, para prestação de serviços de emissão documental, pacotes de viagem e cartões pré-pagos internacionais na função débito, visando a realização da viagem relativa ao Programa Disney & NASA em janeiro de 2027, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – **CAF**, instituído pela Lei nº 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – **RGCAF**, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/81, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, **Lei Municipal nº 4.978/2008** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/1999**, **18.835/2000**, **21.083/2002**, **21.253/2002**, **22.136/2002**, **27.715/2007**, **31.349/2009**, **40.285/2015** c/c **48.365/2021**, **40.286/2015**, **46.195/2019**, **49.415/2021**, **51.078/2022**, **51.260/2022**, **51.628/2022**, **51.629/2022**, **51.631/2022**, **51.632/2022**, **51.634/2022** e **51.635/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizado e processado no endereço

eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.3.1 – O Edital será disponibilizado no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal de Compras da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (E-Compras-Rio), no endereço eletrônico <http://ecomprasrio.rio.rj.gov.br>.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 387 do RGCAF c/c o art.71, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico licitacaosme@rioeduca.net.

1.7 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: licitacaosme@rioeduca.net.

1.8 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão pública de abertura da licitação será realizada nos prazos indicados no item 3.1, conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização da Ilma Sra. Subsecretária de Gestão da Secretaria Municipal de Educação (conforme art. 252 do CAF), constante do Processo Administrativo nº 000700.003492/2026-45 de 16/03/2026, publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO de 06/05/2026.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 10 de junho de 2026, às 11 h, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PE – SME Nº 90335/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal de Compras do Governo Federal).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão documental, pacotes de viagem e cartões pré-pagos internacionais na função débito, visando a realização da viagem relativa ao Programa Disney & NASA em janeiro de 2027, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta de dotação orçamentária própria:

SME – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE TRABALHO: 10.1601.16.001.12.368.9807.4967

CÓDIGO DE DESPESA: 339031

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo II, totalizando a importância de R\$ 5.312.176,48 (Cinco milhões trezentos e doze mil cento e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço por lote.

7. PRAZOS

7.1 – A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 (doze) meses contados da referida publicação ou da data estabelecida no memorando de início, se posterior.

7.1.1 – O prazo para o início dos serviços será contado a partir da data da assinatura ou do recebimento do memorando de início.

7.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.1 – Para o Lote I o prazo de execução do serviço será de ao menos 45 (quarenta e cinco) dias do embarque. Para o Lote II será ao menos 30 (trinta) dias do embarque. Para o Lote III a entrega dos cartões descarregados deverá ocorrer com antecedência de ao menos 30 (trinta) dias do embarque. A carga nos cartões deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do embarque, a ser realizada mediante solicitação da SME.

7.2.2 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de 06 (seis) meses para o Lote I, 09 (nove) meses para o Lote II e 30 (trinta) dias para o Lote III, a contar do aceite, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo da garantia legal de adequação dos serviços.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 120 (cento e vinte)

dias, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e junto ao Sistema Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e

obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – No que se refere à participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa (Art.16 da Lei Federal nº 14.133/2021) considera-se que não será permitida tal participação, pois entende-se que não há possibilidade de execução dos serviços com autonomia pelos cooperados, visto que os colaboradores devem ser subordinados ao preposto da contratada, que deverá supervisionar os serviços e garantir sua qualidade, conforme item 3.9. do termo de referência (anexo I).

8.9 – Não será permitida a participação em consórcio, conforme justificativa do Termo de Referência, nos itens 3.8.1 a 3.8.4. (anexo I).

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Secretaria municipal de Educação, para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da

elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.13.1 - Não será permitida a participação de licitantes quando caracterizar nepotismo, conflito de interesses, tráfico de influência ou qualquer das vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e

obrigações inerentes ao certame.

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema de Compras do Governo Federal.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.2.1 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados nos itens 9.1.1 e 9.1.2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Secretaria Municipal de Educação, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata o item 10.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no menor preço por lote do objeto licitado.

10.2 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

10.3 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

10.3.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

10.3.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.3.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

10.3.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; previstas em lei e em outras normas

específicas.

10.4. A falsidade das declarações de que tratam os itens 10.3.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

10.5 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e os documentos de habilitação inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.5.1 – A proposta do licitante melhor classificado somente será disponibilizada para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.5.2 – Encerrada a etapa de lances e negociação, o pregoeiro examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Final, a Planilha de Custos e Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos, e Documentos de Habilitação descritos no item 13, no prazo de 3 (três) horas, contados da convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.5.3 - O prazo estabelecido no item 10.5.2 pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes do findo o prazo.

10.5.4 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital, nos termos do item 12.4.2.

10.5.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.5.6– Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro)

horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.5.7 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução do contrato, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.6.1 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária, no montante dos percentuais consignados no **Decreto Rio nº 18.835/2000**.

10.6.2 – Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar na planilha de custo e formação de preço os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

10.7 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.7.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.7.2 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.8 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

10.9 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.10 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria Municipal de Educação, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.11 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.12 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pelo Decreto Municipal nº 31.349/2009 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.12.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.12.2 – A apresentação de declaração falsa de enquadramento da licitante como

microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10.13 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de todos os campos pertinentes.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

11.2 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

11.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

11.3.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

11.4 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, averiguarão se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado, demonstrando a exequibilidade de sua proposta.

11.5 – Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

11.6 – O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

11.7 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.8 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

11.9 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.10 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.10.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.10.1.1 – O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,10 (zero vírgula dez ponto percentual), aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance destinado a cobrir a melhor oferta.

11.10.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.10.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.10.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 20 deste edital.

11.11 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará 15 (quinze) minutos.

11.11.1 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

11.11.2 – Encerrado o prazo previsto no item 11.11.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de melhor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) **superior** àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

11.11.3 – Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o item 11.11.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

11.11.4 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 11.11.2 e 11.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.11.5 – Na ausência de lance final e fechado, nos termos dos itens 11.11.2 e 11.11.3, haverá

o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 11.11.4.

11.11.6 – Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do item 11.11.5.

11.12 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.12.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.12.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.12.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.13 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para

a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.14 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.15 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.16 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.17 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do menor preço por lote, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada lote na estimativa de valores (Anexo II).

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada lote na estimativa de valores (Anexo II).

12.2 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.2.1 – Apenas após a classificação das propostas, as licitantes que se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, poderão manifestar esta condição, sendo proibido, sob pena de exclusão deste procedimento, identificarem-se como tal antes do momento determinado neste subitem.

12.2.2 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.2.3 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;

c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.2.4 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.2.5 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por

microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.3 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.2 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance fechado.

12.3.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.3 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

12.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4.2 – Haverá um prazo de 3 horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para corrigir documentos enviados anteriormente que apresentem erros e falhas ou acrescentar documentos ausentes identificados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio, além dos documentos complementares conforme o item 10.5.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes do findo o prazo.

12.5 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor preço por lote, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Presidente da Comissão/Agente de Contratação acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.6 – A Secretaria Municipal de Educação poderá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) ou amostra(s) do(s) bem(ns) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.6.1 – Durante a licitação, em caso de divergência entre as referidas demonstrações ou amostras e as especificações deste Edital e/ou do Termo de Referência, as propostas serão desclassificadas.

12.6.2 – Na hipótese de não realização, atraso ou de rejeição da demonstração ou amostra apresentada pelo primeiro colocado, serão convocados os licitantes subsequentes na ordem de classificação provisória.

12.7 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro deverá declarar a licitação frustrada.

12.8 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação em arquivo único compactado, nos termos do item 10.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema Portal de Compras do Governo Federal, observado o item 12.4.2.

e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 13.5. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.9 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.9.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.4.2.

12.9.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 12.8.

12.10 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro deverá declarar a licitação frustrada.

12.11 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.12 - Erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços, quando solicitada no Edital e seus anexos não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.13 - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de demonstração ou amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.

12.14 - Por meio de mensagem no sistema, serão divulgados o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das demonstrações ou amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

12.15 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

12.16 - No caso de não haver entrega da demonstração/amostra ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de demonstração/amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

12.17 - Se a(s) demonstração (ões)/ amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) demonstração (ões)/ amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.18 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.19 - Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

12.19.1 - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.20 - Constatada a regularidade dos atos praticados pelo pregoeiro, a autoridade competente adjudicará o item/o grupo da licitação à licitante vencedora e homologará.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.9 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento previsto no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.2 – Além da documentação de habilitação, as licitantes deverão apresentar declaração dos itens/grupos para os quais oferecerá proposta

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os

exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor deste Município, desde que dentro do prazo de validade e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município, à exceção dos seguintes documentos:

- a) Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa;
- b) Declaração de Inexistência de Nepotismo;
- c) Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003;
- e) Declaração para fins de habilitação econômico–financeira, do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) Modelo de proposta e planilhas de composição de custo unitário
- h) Declaração de Normas e Segurança do Trabalho;
- i) Declaração de regularidade Trabalhista.

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001, na forma do Anexo VII.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

(B.1.c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões do 2º Ofício de

Registro de Distribuição.

(B.3.1) A Pessoa Física ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar também as certidões emitidas os 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas.

(B.3.2) As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.3) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.3.4) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação extrajudicial, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação estabelecidos nesse edital.

(B.4) O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor Individual.

(B.5) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo X do Edital de Pregão Eletrônico nº 90335/2026.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro

de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou

escritório no Município do Rio de Janeiro, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e da certidão de Situação Fiscal e Enfitêutica do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(C.7) No caso de licitante em recuperação judicial, devidamente comprovada nos termos do item 13 (B.3.3), a documentação indicada nos itens 13 (C.3), (C.4) e (C.5) poderá ser substituída por comprovação de decisão judicial em vigor, que determine a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº

11.101/2005.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VIII, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no Decreto Rio nº 23.445/2003.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo, ou declaração de possuir menos de 100 (cem) empregados, na forma do Anexo XVI.

(D.4) Certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego de que cumpre a exigência de contratação de aprendiz, prevista em lei, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/> ou outro que venha substituí-lo, sendo dispensadas de tal exigência as microempresas e empresas de pequeno porte.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

(E.1.1) Não poderão participar da licitação as empresas proponentes que estiverem declaradas inidôneas, quer pela União, Estados, Municípios ou Distrito Federal. As empresas que estiverem impedidas - nos termos desta cláusula - de participar e que apresentarem

propostas, independente.

(E.1.2) Para todos os lotes, as empresas proponentes deverão comprovar que atuam no ramo de atividade adequado à prestação dos serviços a contratar, apresentando cópia do contrato social e das últimas alterações contratuais certificadas pela Junta Comercial, demonstrando objeto social compatível com o objeto do edital e que atenda às exigências estabelecidas pela área demandante.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme definido no item referente à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do termo de referência, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.

(E.2.1) No que se refere ao Lote I, a LICITANTE deverá apresentar certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência anterior na execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação (**emissão de passaportes e emissão de vistos estadunidenses**, considerados a parcela de maior relevância técnica do lote I) em, no mínimo, **30% (trinta por cento)** do quantitativo de cada um dos itens.

(E.2.1.1) Para fins da comprovação do percentual estabelecido para o Lote I, será admitida a soma de certidões ou atestados para cada um dos referidos itens.

(E.2.2) No que se refere ao Lote II, a LICITANTE deverá:

(E.2.2.1) Estar registrada no Ministério do Turismo, nos termos da Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº. 7.381, de 2 de dezembro de 2010.

(E.2.2.2) Possuir credenciamento no IATA Internacional (*International Air Transport Association*) **ou** declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular comprovando que é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato **ou** comprovar ter de vínculo comercial com empresa que o tenha - Empresa Consolidadora Credenciada.

(E.2.2.3) Apresentar certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior na execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação (realização de viagem internacional) em **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo de cada um dos itens que constituem a parcela de maior relevância técnica do Lote II, em razão de terem valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total do lote, a saber: **passagens aéreas, diárias de hospedagem, diárias de traslado terrestre e ingressos.**

(E.2.2.3.2) O percentual de 50% (cinquenta por cento) e a exigência de certidão ou atestado único para comprovação de experiência anterior em emissão de passagens aéreas, contratação de diárias de hospedagem, contratação de diárias de traslado terrestre e fornecimento de ingressos considerando-se viagem internacional justifica-se em razão do Programa Disney & NASA exigir elevada cautela por parte da SME, em função da complexidade dos serviços, que exigem expertise da CONTRATADA na perfeita coordenação entre os itens do referido lote, para o sucesso do Programa; por envolver um grande quantitativo de viajantes, dentre os quais muitos menores de idade, o que exige da CONTRATADA experiência em atuar com grupos numerosos, num mesmo contrato; e em face da execução dos serviços se dar em território internacional, o que acarretaria uma maior dificuldade de atuação da Administração, no caso de necessitar agir corretivamente para atenuar inadimplência da CONTRATADA. Cabe assim destacar que é decorrência do exercício do poder discricionário da Administração Pública a definição fundamentada e justificada da especificação dos itens a serem objetos de contratação, arbitrando as exigências a serem colocadas em edital, para se resguardar de possíveis LICITANTES sem capacitação para assumir um contrato cuja complexidade e materialidade foram previamente definidas pelo administrador. Por tal manifestação, tem-se que tanto é de responsabilidade quanto discricionário da Administração elencar as exigências a serem apresentadas em edital, visando resguardar a Administração da perfeita execução técnica dos serviços a contratar. Sendo assim, enfatizamos que se buscam no mercado empresas especializadas no ramo, tentando sempre conter a participação de aventureiros. O Certame tem como objetivo, embora buscando a maior competitividade possível, permitir que uma amplitude de empresas possa ofertar seu produto desde que atendam as especificações requeridas pela Administração, a partir de exigências e requisitos mínimos.

(E.2.2.4) No que se refere ao lote II, não será admitida a soma de certidões ou atestados, devendo haver certidão ou atestado único, para cada um dos referidos itens, que comprove o percentual de 50% (cinquenta por cento), considerando-se a realização de viagem internacional.

(E.3) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de

3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – Os recursos relativos às sanções administrativas estão previstos na minuta de contrato (Anexo III).

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua

atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16. GARANTIA

16.1 – A ADJUDICATÁRIA prestará garantia como descrito a seguir:

16.1.1 – No que se refere ao Lote 1 e ao Lote 3, deverá ser prestada garantia de 2% (dois por cento) do valor total do contrato a ser celebrado, até o momento de sua assinatura, em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, que será utilizada para assegurar as obrigações associadas podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das obrigações a serem assumidas.

16.1.2 – No que se refere ao Lote 2, em acordo com o disposto no §2º do Artigo 145 da Lei Federal nº. 14.133/2021, deverá ser prestada garantia adicional de 10% (dez por cento) do valor total do contrato a ser celebrado, até o momento de sua assinatura, como condição de admissibilidade do pagamento antecipado de 60% (sessenta por cento), em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, que será utilizada para assegurar as obrigações associadas podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das obrigações a serem assumidas.

16.2 – A prestação da garantia pelo contratado será efetuada até o dia da assinatura do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021, Conforme previsto no item 12 do Termo de Referência e seis subitens.

16.2.1 – Em relação ao seguro–garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de

encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

16.3 – No caso de fiança bancária, deverá ser observado o padrão estabelecido pelo Decreto Rio nº 26.244/2006.

16.4 – A Secretaria Municipal de Educação utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

16.5 – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

16.6 – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia será executada pelo CONTRATANTE, na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

16.7– Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pela Secretaria Municipal de Educação, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

16.8 – Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

16.9 – Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será

complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

16.10 – Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.11 – A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, nos termos do art. 465 do RGCAF, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

17. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

17.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente da Secretaria Municipal de Educação adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

17.2 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo III, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a Secretaria Municipal de Educação e a ADJUDICATÁRIA.

17.3 – Uma vez homologado o resultado da licitação pelo ordenador de despesa da Secretaria Municipal de Educação, será a licitante vencedora convocada, com antecedência mínima de dois dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

17.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o

motivo apresentado seja aceito pela Secretaria Municipal de Educação.

17.3.2 – Em atendimento ao art. 7º do Decreto Municipal nº 49.415, de 17 de setembro de 2021, o fornecedor ou colaborador externo, vencedor de processo seletivo, que pretenda manter relação jurídica de qualquer natureza com o Município do Rio de Janeiro ou com qualquer de suas entidades da Administração Indireta, deverá cumprir o Protocolo de Avaliação de Integridade e Transparência – PAIT, disponível em <https://jeap.rio.rj.gov.br/QIF>, mediante o preenchimento do Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência, requisito indispensável para celebração de qualquer instrumento jurídico com este Ente ou com uma de suas entidades.

17.3.3 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4 – Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

17.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

17.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços prestados, dos materiais empregados e bens fornecidos, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria Municipal de Educação.

17.6.1 – A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital,

sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

17.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

17.8 – No momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

17.9 – Nos casos em que a execução do contrato importar na exclusão do regime do SIMPLES Nacional, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato, no prazo previsto no art. 30, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

17.10 – Sendo a ADJUDICATÁRIA microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Regime Simplificado de Tributação – SIMPLES deverá apresentar cópia da comunicação encaminhada à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, informando acerca da assinatura do contrato de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra, no prazo previsto no art. 30, § 1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

17.11 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos serviços prestados/bens fornecidos.

17.12 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à Secretaria Municipal de Educação.

17.13 – Em conformidade com o artigo 18 do Decreto Rio nº 51629 de 9 de novembro de 2022 e eventuais alterações posteriores, a gestão contratual do(s) instrumento(s) originado(s) pelo presente certame deverá ser realizada por pelo menos 1 agente público designado e a fiscalização deve ser realizada por pelo menos 2 (dois) agentes públicos designados.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 – Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o disposto no Decreto Rio 55.822/2025, em 20 (vinte) dias úteis, a partir do atesto da nota fiscal.

18.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

18.2 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição dos serviços prestados/bens fornecidos será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

18.2.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no item anterior sem que a Secretaria Municipal de Educação esteja obrigada a pagar o valor total do Contrato.

18.2.2 – O pagamento referente ao Lote I será efetuado à CONTRATADA em parcela única, após atestação da execução dos serviços, observado o Art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, o disposto no Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o disposto no Decreto Rio nº 55.822 de 24 de março de 2025, em 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do documento de cobrança, conforme item 7.2.1 e seus subitens do Termo de Referência.

18.2.3 – O pagamento referente ao Lote II será realizado em duas parcelas, sendo a primeira

parcela referente à antecipação de 60% (sessenta por cento) do valor total do contrato e a segunda parcela referente saldo restante, conforme Termo de Referência em seu item 7.2.2 e seus subitens.

18.2.4 – O pagamento referente ao Lote III será efetuado à CONTRATADA em parcela única, após atestação do serviço, observado o art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o disposto no Decreto Rio nº 55.822 de 24 de março de 20259, em 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do documento de cobrança, conforme Termo de Referência em seu item 7.2.3 e seus subitens.

18.3 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

18.5 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

18.6 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação.

18.7 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE¹, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

¹ No ato da contratação, a empresa deverá possuir conta corrente no BANCO SANTANDER (Brasil) S.A, nos termos da Portaria FP/SUBEX/SUPTM N° 06 de 31 de agosto de 2022.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 17.4, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 19.2.

19.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Secretaria Municipal de Educação poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

- (a) **Advertência;**
- (b) **Multa;**
- (c) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

19.3 – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

19.3.1 – 0,5% (meio por cento) até 1% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso.

19.3.2 - 0,5% por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso.

19.3.3 - Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do contrato, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

19.3.4 – 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

19.3.5 – 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2%

(dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

19.3.6 – 0,5% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

19.3.7 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.3.8 – Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços/fornecimentos contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço ou fornecer bem determinado pela fiscalização, por serviço/bem e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		

5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

19.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

19.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

19.6 – As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

19.7 - O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

19.8 - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

19.9 – A aplicação das sanções previstas no item 19.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20. FORO

20.1 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

21.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na Secretaria Municipal de Educação.

21.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

21.4 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

21.5 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I	Termo de Referência (a ser elaborado por órgão ou entidade licitante)
Anexo II	Quadro Estimativo de Valores (a ser elaborado por órgão ou entidade licitante)
Anexo III	Minuta de Contrato
Anexo IV	Declaração de Responsabilização Civil e Administrativa
Anexo V	Declaração de Inexistência de Nepotismo

Anexo VI	Declaração de Cumprimento das Normas de Saúde e Segurança do Trabalho
Anexo VII	Declaração ref. ao art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 19.381/2001 e ao art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo VIII	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 23.445/2003
Anexo IX	Declaração ref. ao Decreto Municipal nº 27.715/2007
Anexo X	Declaração para fins de habilitação econômico-financeira, do art. 63, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021
Anexo XI	Declaração ME/EPP
Anexo XII	Modelo de proposta
Anexo XIII	Planilha de Custos

21.6 – Este Edital contém 146 (cento e quarenta e seis) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.

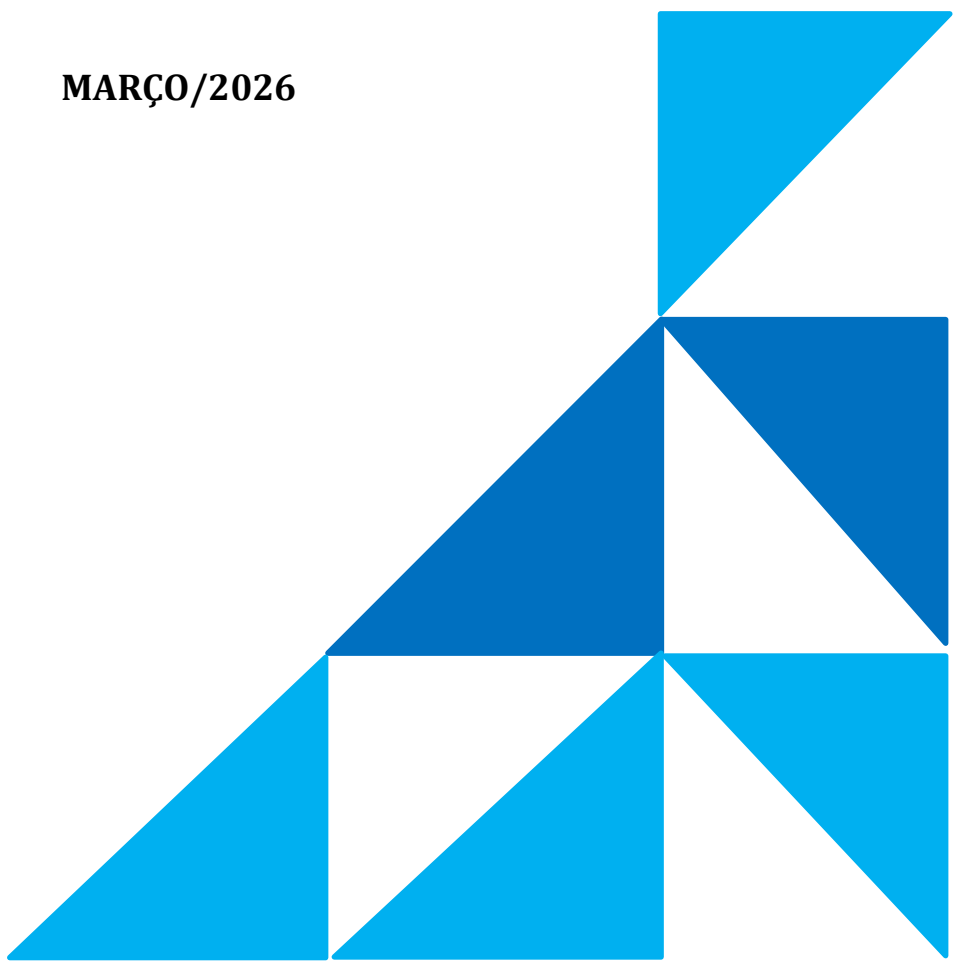
PREGOEIRO
Carlos Souza Santa Brigida
Assistente I
11/285.193-9
E/SUG/CL

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROGRAMA *DISNEY* & NASA

MARÇO/2026



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação dos serviços de EMISSÃO DOCUMENTAL, PACOTES DE VIAGEM e CARTÕES PRÉ-PAGOS INTERNACIONAIS NA FUNÇÃO DÉBITO, visando a realização da viagem relativa à edição de janeiro de 2027 do **Programa Disney & NASA**, conforme **QUADROS 1, 2 e 3**, a seguir:

QUADRO 1 – LOTE 1 – EMISSÃO DOCUMENTAL

LOTE	ITEM	CÓDIGO SIGMA	CATSERV	SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MÁXIMO PREVISTO
1	1	2100720002-44	17701	Assessoria completa na emissão de até 103 passaportes, com no máximo uma tentativa de passaporte por viajante, incluindo autorizações de viagem para menor desacompanhado em território internacional, para todos os menores, conforme legislação, incluindo o pagamento de taxas, o preenchimento de formulários, a impressão e disponibilização de formulários físicos sempre que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes dos passaportes, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	103
	2			Assessoria completa na emissão de até 103 vistos estadunidenses, com no máximo uma tentativa de visto por viajante, incluindo o pagamento de taxas, o preenchimento de formulários, a impressão e disponibilização de formulários físicos sempre que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes dos vistos estadunidenses, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	103
	3			Assessoria completa na emissão de até 67 autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional, com firma dos responsáveis legais aberta e reconhecida em cartório, destinadas aos estudantes viajantes. Tal serviço inclui o pagamento de taxas cartoriais, a impressão e o preenchimento dos formulários que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes das autorizações, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	67

QUADRO 2 – LOTE 2 – PACOTES DE VIAGEM

LOTE	ITEM	Código SIGMA	CATSERV	SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MÁXIMO PREVISTO
2	4		3719	Aquisição de até 103 passagens aéreas de ida e volta, em voo comercial, partindo da cidade do Rio de Janeiro (Brasil) para a cidade de Orlando (EUA) e partindo da cidade de Orlando (EUA) para a cidade do Rio de Janeiro (Brasil), nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	103
	5			Contratação de 8 diárias de hospedagem em hotel 3 estrelas ou superior, com café da manhã, para até 103 viajantes, onde 824 diárias totais = 8 diárias x 103 viajantes.	DIÁRIAS X VIAJANTES	824

		2200600002-09	Deve-se considerar que cada <i>Subgrupo</i> deverá pernoitar no mesmo ambiente, seja ele correspondente a quarto único ou a 2 quartos conjugados, para acomodar até 4 pessoas, dormindo em camas separadas (uma cama por viajante), ainda que sejam camas de casal, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência		
	6		Contratação de 9 diárias de traslado terrestre em território internacional, para deslocamento dos até 103 viajantes, onde 927 diárias totais = 9 diárias x 103 viajantes, contemplando os trechos desde o aeroporto de Orlando (EUA) para o(s) endereço(s) de hospedagem, do(s) endereço(s) de hospedagem para as atrações do Programa <i>Disney & NASA</i> e retornos, do(s) endereço(s) de hospedagem para o aeroporto de embarque em Orlando (EUA), para regresso ao Rio de Janeiro (Brasil), nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	DIÁRIAS X VIAJANTES	927
	7		Aquisição de ingressos para os 8 parques do Programa <i>Disney & NASA</i> , para os até 103 viajantes, onde 824 ingressos totais = 8 ingressos x 103 viajantes, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	INGRESSOS X VIAJANTES	824
	8		Contratação de até 103 apólices de seguro-viagem com assistência médica, com abrangência para todo o período da viagem internacional que caracteriza o Programa <i>Disney & NASA</i> , desde o dia do deslocamento dos viajantes para o aeroporto, na ida, até o dia da chegada dos viajantes nas CRE de origem, na volta, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	103
	9		Contratação de 9 diárias de serviço de até 4 guias de turismo bilíngues (português/Inglês), onde 36 diárias totais = 9 diárias x 4 guias, atendendo à proporção de 1 (um) guia para até 30 pessoas, para acompanhar os até 103 viajantes em todas as atividades do Programa <i>Disney & NASA</i> , nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	DIÁRIAS X GUIAS	36

QUADRO 3 – LOTE 3 – CARTÕES

LOTE	ITEM	Código SIGMA	CATSERV	SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO MÁXIMO PREVISTO
3	10	2200600002-09	19208 ¹	Fornecimento e suporte de até 36 cartões pré-pagos internacionais na função débito, aceitos amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, carregados com US\$ 675 cada cartão, para o custeio da alimentação dos servidores viajantes a trabalho, ao longo de toda viagem, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	36
	11			Fornecimento e suporte de até 67 cartões pré-pagos internacionais na função débito, aceitos amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, com US\$ 1175 cada cartão, para o custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes, ao longo de toda viagem, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	67
	12			Fornecimento e suporte de 1 cartão pré-pago internacional na função débito, aceito amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, com US\$ 300, para o custeio de eventuais despesas com insumos para a realização do trabalho da equipe de comunicação social, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência	UNIDADE	1

1.3. Os serviços a serem licitados se enquadram na Classificação de Materiais do Município classes 2100 e 2200, classificados como serviço comum, tendo os padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada para fins de aplicação do inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Trata-se da prestação de serviço sem dedicação exclusiva ou preponderância de mão de obra, tendo em vista não se configurar como atividade essencial da **LICITANTE**, para cuja obtenção todas as demais atividades convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional, mas tão somente como meio de execução de seu objetivo principal, não representando um elemento preponderante na composição do custo do serviço.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A descrição da necessidade da contratação, a viabilidade técnica de implementá-la, bem como o arcabouço básico para a elaboração deste Termo de Referência – TR constam no Estudo

¹ Administração / Distribuição - Cartão Magnético

Técnico Preliminar – ETP inserto no processo administrativo **SEI 000700.003492/2026-45**.

2.2. A edição de janeiro de 2027 do **Programa Disney & NASA** está sendo planejada para ocorrer inteira e obrigatoriamente dentro do período das **férias escolares de janeiro de 2027**, com saída do Brasil (embarque) possível entre os dias **11 e 22 de janeiro de 2027** e com duração de 9 (nove) dias e 8 (oito) pernoites.

2.3. A edição de janeiro de 2027 do **Programa Disney & NASA** está sendo planejada para contemplar até 103 viajantes, a saber:

- até 64 (sessenta e quatro) estudantes da Rede Municipal de Educação com os melhores desempenhos na **OCM 2026**.
- até 3 (três) estudantes premiados na **OCM 2025**, que não usufruíram da viagem ocorrida em janeiro de 2026².
- até 36 (trinta e seis) servidores da SME, viajantes a trabalho.

2.4. Para um maior detalhamento acerca dos pretensos viajantes a participar da edição de janeiro de 2027 do **Programa Disney & NASA** tem-se o **QUADRO 4** a seguir:

QUADRO 4 – COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA DISNEY & NASA - JANEIRO DE 2027

Composição do Programa Disney & NASA – JAN/27 Até 103 viajantes, dentre os quais:	
Até 67 alunos , onde:	Até 36 servidores, onde:
Até 64 alunos premiados na OCM 2026	Até 23 servidores acompanhantes (um para cada Subgrupo *)
	Até 7 servidores de apoio logístico (um para aproximadamente cada 10 alunos)
Até 3 alunos premiados na OCM 2025	Até 3 servidores do núcleo da Comunicação Social da SME (1 organizador e 2 operacionais, sendo 1 operacional por grupo **)
	Até 3 servidores do núcleo da Organização da Viagem (1 supervisor + 2 coordenadores, sendo 1 coordenador por Grupo **))

* Usaremos a designação “**Subgrupo**” para cada composição formada por um servidor acompanhante + 1 a 3 aluno(s) destinados a ele pela E/CTO; **usaremos a denominação “**Grupo**” para cada conjunto de viajantes delimitado pela E/CTO, a ser inteiramente comportado em um ônibus, para efeito dos deslocamentos terrestres em território internacional.

2.5. A listagem contendo os nomes, dados de contato e demais informações úteis dos viajantes, bem como sua distribuição nos **Subgrupos** e **Grupos** a serem definidos pela SME, por ocasião da organização para operacionalização do **Programa Disney & NASA** – edição de janeiro de 2027, será fornecida pela SME à(s) CONTRATADA(s) em tempo que oportunize a execução dos serviços que caracterizam a(s) pretensa(s) contratação(ões).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

² Trata-se do estudante JOAQUIN SETTE HERNANDEZ que, em janeiro de 2026 viajou por conta da premiação na OCM 2024 mas também foi vencedor da OCM 2025; trata-se dos estudantes MIGUEL ANGELO DOS SANTOS DA CONCEIÇÃO e RAFAELA SERSOSIMO NORMANDIA, que foram vencedores na OCM 2025 mas não viajaram em janeiro de 2026, por terem sido aprovados em colégios militares, com obrigatoriedade de apresentação à época da viagem.

3.1. O(s) prestador(es) dos serviços referentes aos lotes a licitar será(ão) selecionado(s) através de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo por critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento no Art. 28, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo observado ainda o Decreto Rio nº 51.078, de 5 de julho de 2022.

3.2. A opção pela modalidade **PREGÃO** se justifica por entender que os objetos de todos os lotes da futura contratação correspondem a serviços comuns, tendo os padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado, não havendo grandes variações qualitativas que demandem análise específica e diferenciada para fins de aplicação do Art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme já verificada a viabilidade dessa aplicação por contratação anterior feita por esta SME através de licitação na mesma modalidade.

3.3. O julgamento por **MENOR PREÇO** considera o menor dispêndio para a administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos pela Administração.

3.4. A divisão do objeto em **LOTES** de serviços a licitar vislumbra atender aos princípios da competitividade, da economia de escala e viabilidade técnica, considerando que o mercado do turismo pode operar com base em nichos representados por empresas que desempenham atividades específicas. As propostas deverão observar o limite do valor unitário e o valor total orçado para o LOTE, garantindo a conformidade com o preço de mercado unitário e global estipulado no Termo de Referência.

3.5. Para a etapa de lances no pregão eletrônico, será adotado o **MODO DE DISPUTA** aberto e fechado. No que se refere a indicação do modo de disputa aberto e fechado, o art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe que o modo de disputa poderá ser determinado de forma isolada ou conjuntamente. Considerando o exposto, a adoção preferencial do modo de disputa combinado em relação às demais formas de competição (aberto ou fechado) vislumbra a obtenção da proposta mais vantajosa para as contratações desta Pasta de Educação.

3.6. Portanto, a forma de combinação dos parâmetros de modalidade pregão eletrônico, critério de julgamento menor preço por lote e modo de disputa aberto e fechado, traz a celeridade do primeiro, associada à ideia de aumentar a oportunidade de os licitantes, por meio do envio de lances e propostas, representando para a Administração uma combinação mais adequada para assegurar economicidade, eficiência, competitividade e segurança na execução contratual, atendendo plenamente ao interesse público, observando os critérios mínimos de qualidade estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.7. O regime de execução dos serviços será empreitada por preço unitário.

3.8. No que se refere à **participação de consórcios** conforme art. 18, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021, destaca-se que o Tribunal de Contas da União através do Acórdão 2.831 (Plenário, Rel. Min. Ana Arraes) afirmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípuo de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa. Sendo classificado como um serviço comum e ante as suas características já especificadas, não se entende como necessária a participação de consórcios pois não se considera o objeto da pretensa aquisição como complexo ou de grande vulto para tal condição, sendo entendido que caso admitida tal participação, a competitividade do certame frustrada.

3.8.1. Os serviços decorrentes da presente contratação não contêm especificidades que exijam equipamentos ou pessoal diferenciado, sendo o objeto passível de ser executado por uma única empresa, dispensando subcontratação ou empresas consorciadas.

3.8.2. Os investimentos necessários para a execução do objeto contratual não justificam a participação de consórcio.

3.8.3. As expertises exigidas pelo objeto do contrato não são diversificadas a ponto de exigirem consórcio entre empresas.

3.8.4. A vedação ao consórcio incentiva o aumento no número de participantes do procedimento de licitação, o que conduzirá, naturalmente, à maior disputa no certame, aumentando as chances de maiores descontos.

3.9. No que se refere à **participação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa** (Art.16 da Lei Federal nº 14.133/2021) **considera-se que não será permitida tal participação**, pois entende-se que não há possibilidade de execução dos serviços com autonomia pelos cooperados, visto que os colaboradores devem ser subordinados ao preposto da contratada, que deverá supervisionar os serviços e garantir sua qualidade.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme exposto no **QUADRO 1**, no que se refere ao **LOTE 1 - EMISSÃO DOCUMENTAL**, têm-se 3 (três) itens, correspondentes aos serviços de: 1) emissão de passaportes, com autorização de viagem de menor desacompanhado em voos internacionais quando cabível; 2) emissão de vistos estadunidenses; 3) emissão de autorizações de viagem de menor desacompanhado em voos nacionais, para estudantes). Tais serviços deverão ser prestados

para os requerentes (elegíveis).

4.1.1. Item 1 - Emissão de passaportes: A CONTRATADA deverá emitir até **103** (cento e três) **passaportes**, destinados aos requerentes (elegíveis) dentre os viajantes. Fala-se em “requerentes (elegíveis)” porque considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes que já possuem passaporte válido e que, por essa razão, não serão caracterizados requerentes. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de passaportes do que o número total de viajantes previstos no planejamento da viagem.

4.1.1.1. O serviço de emissão de passaportes deverá compreender assessoria completa aos requerentes, incluindo:

4.1.1.1.1. Orientação prévia aos requerentes sobre os documentos pessoais necessários ao agendamento da solicitação dos passaportes. Tal orientação poderá se dar de forma presencial ou não, do modo que melhor atenda aos requerentes.

4.1.1.1.2. Coleta dos dados documentais necessários ao preenchimento dos formulários de agendamento de solicitação dos passaportes de todos os requerentes.

4.1.1.1.3. Preenchimento dos formulários de agendamento da solicitação dos passaportes de todos os requerentes, incluindo formulários de autorização de viagem de menor desacompanhado em território internacional, quando os requerentes forem de menor idade.

4.1.1.1.4. Pagamento das taxas de solicitação dos passaportes de todos os requerentes.

4.1.1.1.5. Informação prévia aos requerentes sobre o endereço, a data, o horário e os procedimentos que deverão adotar no comparecimento ao Posto da Polícia Federal. Tal informação poderá se dar de forma presencial ou não, do modo que melhor atenda aos requerentes.

4.1.1.1.6. Impressão e disponibilização prévia dos formulários a serem apresentados pelos requerentes no comparecimento ao Posto da Polícia Federal. Caso a CONTRATADA seja sediada em outra cidade, deverá alocar pessoal de apoio no Rio de Janeiro para realizar esta etapa do serviço, ou providenciar solução equivalente.

4.1.1.1.7. Acompanhamento e assistência aos requerentes ao longo do comparecimento ao posto da Polícia Federal, promovendo correções e soluções que se fizerem necessárias, no caso de eventuais problemas.

4.1.1.1.8. Informação prévia aos requerentes sobre a data, o local e os procedimentos que deverão adotar na retirada dos passaportes prontos. Tal orientação poderá se dar de forma presencial ou não, do modo que melhor atenda aos requerentes.

4.1.1.1.9. A CONTRATADA deverá considerar que, para os **estudantes**, deverá ser solicitada a inclusão da autorização de viagem de menor desacompanhado em viagens internacionais no passaporte.

4.1.2. Item 2 - Emissão de vistos estadunidenses: A CONTRATADA deverá emitir até **103** (cento e três) **vistos estadunidenses** destinados aos requerentes dentre os viajantes do **Programa Disney & NASA de janeiro de 2026**. Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes que já possuem visto estadunidense válido e que, por essa razão, não serão caracterizados requerentes (elegíveis). Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de vistos estadunidenses do que o número total de viajantes previstos no planejamento da viagem.

4.1.2.1. O serviço de emissão de **vistos estadunidenses** deverá compreender assessoria completa aos requerentes, incluindo:

4.1.2.1.1. Orientação prévia aos requerentes sobre os documentos pessoais necessários ao agendamento das entrevistas para a emissão dos vistos estadunidenses. Tal orientação poderá se dar de forma presencial ou não, do modo que melhor atenda aos requerentes.

4.1.2.1.2. Coleta dos dados documentais necessários ao preenchimento dos formulários de agendamento das entrevistas para a emissão dos vistos estadunidenses de todos os requerentes.

4.1.2.1.3. Preenchimento dos formulários de solicitação dos vistos estadunidenses para todos os requerentes.

4.1.2.1.4. Pagamento das taxas de solicitação dos vistos estadunidenses de todos os requerentes.

4.1.2.1.4.1. Destaca-se que, no caso da negação do visto para qualquer um dos requerentes, não haverá reagendamento de visto no escopo da pretensa contratação. Ou seja, através da pretensa contratação está prevista, no máximo, uma tentativa de obtenção de visto por requerente.

4.1.2.1.5. Informação prévia aos requerentes sobre o(s) endereço(s), a(s) data(s), o(s) horário(s) e os procedimentos que deverão adotar no comparecimento ao CASV/Consulado dos Estados Unidos. Tal informação

poderá se dar de forma presencial ou não, do modo que melhor atenda aos requerentes.

4.1.2.1.6. Impressão e disponibilização prévia dos formulários a serem apresentados no CASV/Consulado dos Estados Unidos pelos requerentes, na ocasião da fotografia, coleta de digitais e realização da entrevista. Caso a contratada seja sediada em outra cidade, deverá alocar pessoal de apoio ao Rio de Janeiro para realizar esta etapa do serviço, ou providenciar solução equivalente.

4.1.2.1.7. Acompanhamento e assistência aos requerentes no CASV/Consulado dos Estados Unidos, por ocasião das entrevistas.

4.1.2.1.8. Informação prévia aos requerentes sobre o endereço, a data, o horário e os procedimentos que deverão adotar na retirada dos passaportes com os vistos emitidos. Tal orientação poderá se dar de forma presencial ou não, do modo que melhor atenda aos requerentes.

4.1.3. Item 3 - Emissão de autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional: A CONTRATADA deverá emitir até 67 (sessenta e sete) autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional, com firma dos responsáveis legais aberta e reconhecida em cartório, com validade suficiente para abranger todo o período de realização da viagem, destinadas aos estudantes viajantes.

4.1.3.1. A justificativa para a contratação de tal autorização fundamenta-se no fato de que os estudantes viajantes estarão desacompanhados dos respectivos genitores ou tutores/guardiões legais ao longo da viagem e, no caso fortuito de realizarem voo caracterizado como trecho doméstico (nacional), é possível que precisem apresentá-la à autoridade local.

4.1.3.2. Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos e/ou desistências da viagem e/ou estudantes que, em razão da idade, não necessitem legalmente do referido documento, entre os 67 estudantes viajantes e, por essa razão não serão caracterizados requerentes. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional do que o número previsto para o item, no planejamento da contratação.

4.1.3.3. O serviço de emissão de autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional deverá compreender assessoria completa aos requerentes, incluindo:

4.1.3.3.1. Coleta dos dados documentais necessários ao preenchimento das autorizações de todos os requerentes.

4.1.3.3.2. Impressão e preenchimento das autorizações de todos os requerentes.

4.1.3.3.3. Agendamento de cartório(s).

4.1.3.3.4. Informação prévia aos requerentes sobre o(s) endereço(s), a(s) data(s), o(s) horário(s) e os procedimentos que deverão adotar no comparecimento ao cartório, para abertura de firma, assinatura da autorização e reconhecimento de firma. Tal informação poderá se dar de forma presencial ou não, do modo que melhor atenda aos requerentes.

4.1.3.3.5. Pagamento de todas as taxas cartoriais (abertura de firma, reconhecimento de firma e quaisquer outras que se fizerem necessárias).

4.1.3.3.6. Acompanhamento presencial para assistência aos requerentes no comparecimento ao cartório. Caso a contratada seja sediada em outra cidade, deverá alocar pessoal de apoio ao Rio de Janeiro para realizar esta etapa do serviço, ou providenciar solução equivalente.

4.1.3.4. Todas as etapas referentes ao andamento e conclusão dos serviços do Lote I deverão ser periodicamente informadas à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net para acompanhamento e intermediação entre a CONTRATADA e os requerentes, caso se faça necessário.

4.1.3.5. Os **passaportes, vistos estadunidenses e autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional** de que trata o Lote I deverão estar **emitidos e entregues aos titulares com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias** à data do embarque.

4.2. Conforme exposto no **QUADRO 2**, no que se refere ao **LOTE 2 - PACOTE DE VIAGEM**, têm-se 6 (seis) itens, relativos aos serviços visando aquisição / suporte quanto a: 4) passagens aéreas, 5) hospedagem, 6) traslados, 7) ingressos para os parques a serem visitados, 8) seguros-viagem e 9) guias turísticos.

4.2.1. Item 4 – Emissão de passagens aéreas: A CONTRATADA deverá emitir até **103** (cento e três) passagens aéreas de ida e volta (Rio de Janeiro – Orlando / Orlando – Rio de Janeiro), para os viajantes confirmados pela SME. Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes cujo visto estadunidense tenha sido negado. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de passagens aéreas do que o previsto no planejamento da viagem.

4.2.2. O serviço de emissão de passagens aéreas precisará seguir as determinações a seguir:

4.2.2.1. O quantitativo total de viajantes confirmados deverá viajar, preferencialmente, no mesmo voo. No entanto, caso seja indispensável à operacionalização da viagem, será possível dividir este quantitativo em no máximo 2 (dois) voos, desde que atendidas as exigências a seguir:

4.2.2.1.1. Precisar haver ao menos um **Grupo** inteiro, com sua configuração intacta (**conjunto de Subgrupos e demais servidores viajantes a trabalho, assistidos por um servidor a trabalho, no papel de coordenador**) por voo (sobre a noção de **Subgrupo** e **Grupo**, ver notas explicativas inseridas no **QUADRO 4** deste TR).

4.2.2.1.2. Qualquer necessidade de se repartir o quantitativo total de viajantes em 2 (dois) voos distintos, ainda que atendida a exigência acima, precisará ser apresentada e justificada pela **CONTRATADA**, previamente, através de e-mail (ctosme@rioeduca.net), à área demandante – E/CTO e só será permitida **mediante aprovação e autorização expressa** da SME, através de manifestação escrita da área demandante.

4.2.2.1.3. Havendo mais de um voo, eles deverão, obrigatoriamente, sair do mesmo aeroporto, na mesma data, sem poder haver prejuízo dos prazos previstos para a execução do **Programa Disney & NASA de janeiro de 2027**, que deverá ocorrer inteiramente (ida e volta) dentro do período das férias escolares do mês de janeiro de 2027.

4.2.2.2. As passagens aéreas **deverão** incluir **serviço de bordo** (alimentação – refeição com bebida) aos viajantes durante os voos.

4.2.2.3. As passagens aéreas **deverão** incluir item pessoal e bagagem de cabine.

4.2.2.4. As passagens aéreas **não deverão** incluir bagagem despachada.

4.2.2.5. A **CONTRATADA** deverá prover solicitação de **alimentação diferenciada** nos voos, caso haja viajantes com restrições/necessidades alimentares específicas.

4.2.2.6. A **CONTRATADA** deverá garantir, às suas expensas, os **recursos de locomoção** e os **recursos de acessibilidade** nos aeroportos e nos voos, caso haja indivíduo(s) PcD e/ou que necessite(m) temporariamente de tais recursos, por razões de saúde, dentre os viajantes.

4.2.2.7. A **duração total de cada trajeto** (tanto de ida, quanto de volta) deverá ser de **no máximo 17 (dezessete) horas**, somando-se as horas de voo mais o tempo de espera entre voos, se houver. Para efeito dessa medição, o tempo total de duração da viagem de um trajeto inicia no horário programado de decolagem no aeroporto de origem até o momento da aterrissagem no aeroporto do destino.

4.2.2.8. A **CONTRATADA** deverá adquirir voos com **no máximo 1 (uma) conexão** em cada trajeto (tanto na ida, quanto na volta), com **tempo máximo de até 5 (cinco) horas de espera**.

4.2.2.9. Na ocorrência de conexão com **espera superior a 3 (três) horas**, a **CONTRATADA** deverá fornecer valor destinado a **refeição** para todos os viajantes do voo, que deverá ser de US\$ 20 (vinte dólares americanos) por pessoa, em montante a ser disponibilizado ao coordenador do **Grupo** em questão, através de **cartão pré-pago internacional na função débito**, com entrega/carga realizada com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias da data de embarque.

4.2.2.10. Havendo **conexão em outro país** na ida ou na volta, a **CONTRATADA** deverá **verificar a existência de exigências aos ingressantes**, como por exemplo necessidade de visto, de vacinação, de testagem para doenças específicas, de documentos adicionais ou de qualquer outra espécie, **providenciando tudo o que for necessário** para todos os passageiros e se responsabilizando, inclusive, por todos os custos envolvidos.

4.2.2.11. Caso ocorram **problemas com os voos**, que afetem os roteiros de visitação previamente estipulados, caberá à **CONTRATADA** providenciar os ajustes que se fizerem necessários na programação das visitas e informá-los à SME para validação, no intuito de garantir aos viajantes o cumprimento integral das atividades que caracterizam o **Programa Disney & NASA**, cabendo a ela responsabilizar-se pelos eventuais custos extras destes ajustes, se ocorrerem.

4.2.2.12. Caso ocorram **problemas com os voos** que impliquem em maior permanência do que a prevista, seja em território nacional ou internacional, ao longo do trânsito para o destino, em qualquer trecho da ida ou da volta, caberá à **CONTRATADA** garantir hospedagem, alimentação, traslados, extensão de seguro-viagem com assistência saúde, informações atualizadas e demais assistências de viagem que se façam necessárias a todos os viajantes afetados.

4.2.2.13. É responsabilidade da **CONTRATADA** **informar aos viajantes** sobre as **regras do voo** (como peso máximo das bagagens, tipos de bagagens permitidas, objetos proibidos e objetos permitidos nas bagagens despachadas e de mão), horário recomendado de chegada aos aeroportos para a realização dos

procedimentos que antecedem ao embarque, dentre outras informações que a companhia aérea disponibilizar.

4.2.2.14. É responsabilidade da CONTRATADA **informar aos viajantes** sobre as **características climáticas e a temperatura** do local de destino no período da viagem, sugerindo o uso de acessórios de vestuário adequados ao conforto térmico de todos. Tais informações deverão ser comunicadas com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias do embarque.

4.2.2.15. É responsabilidade da CONTRATADA **informar aos viajantes** sobre a existência de **restrição/proibição de itens medicamentosos** no local de destino. Tais informações deverão ser comunicadas com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias do embarque.

4.2.2.16. É responsabilidade da CONTRATADA **informar e orientar os viajantes** sobre **todos os procedimentos dos aeroportos em viagens internacionais**, como os relativos ao *check-in*, passagem no raio-x, passagem pelas autoridades locais, inclusive trâmites na imigração e na alfândega, busca pelo portão de embarque e embarque na aeronave.

4.2.2.17. É responsabilidade da CONTRATADA **orientar os viajantes** quanto aos procedimentos de aeroporto nas **conexões**.

4.2.2.18. Ao longo do trânsito aéreo e dos procedimentos de aeroporto, a CONTRATADA deverá manter **pessoal de apoio em contato** com os Coordenadores de cada **Grupo**, fornecendo assistência para a resolução de problemas fortuitos que possam ocorrer junto às companhias aéreas e/ou autoridades locais.

4.2.2.19. Todos os voos de cada trajeto (ida e/ou volta) deverão constar no **mesmo código localizador**. Não serão aceitas compras de trechos separados de voos que não estejam agrupados numa única reserva.

4.2.2.20. Os códigos localizadores **deverão ser acessíveis** diretamente pela SME, sem intermediários, por meio dos sítios eletrônicos ou aplicativos das respectivas companhias aéreas que irão transportar os passageiros.

4.2.2.21. A CONTRATADA **deverá fornecer** o comprovante de bloqueio emitido pela(s) companhia(s) aérea(s), contendo expressamente as informações a seguir à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net, ou outro meio indicado pela área, com **antecedência de ao menos 30 (trinta) dias do embarque**:

- i. **itinerário completo** de todos os voos (ida e volta).
- ii. **número e nomes** dos viajantes de todos os voos.
- iii. **códigos localizadores** de todas as passagens aéreas.

iv. **comprovante de pagamento integral** de todas as passagens aéreas.

4.2.3. Item 5 – Contratação de diárias de hospedagem: A CONTRATADA deverá providenciar até **824** (oitocentas e vinte e quatro) diárias de hospedagem (a saber: $824 = 8 \text{ diárias} \times 103 \text{ viajantes}$). Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes cujo visto estadunidense tenha sido negado. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de diárias de hospedagem do que o máximo previsto neste TR.

4.2.3.1. Para a contratação das diárias de hospedagem, deve-se atentar para as seguintes condições:

4.2.3.1.1. O total de viajantes deverá ficar, obrigatoriamente, no mesmo hotel.

4.2.3.1.2. O hotel a ser contratado deverá possuir **classificação mínima de 3 (três) estrelas**.

4.2.3.1.3. A CONTRATADA deverá garantir, às suas expensas, os **recursos de locomoção** e os **recursos de acessibilidade** no hotel, caso haja indivíduo(s) PcD e/ou que necessite(m) temporariamente de tais recursos, por razões de saúde, dentre os viajantes.

4.2.3.1.4. O hotel deverá oferecer **café da manhã** para todos os viajantes do **Programa Disney & NASA de janeiro de 2027** e precisarão ser atendidas as condições a seguir:

4.2.3.1.4.1. Não poderá haver distinção entre o café da manhã servido aos viajantes do **Programa Disney & NASA** e o café da manhã servido aos demais hóspedes do hotel.

4.2.3.1.4.2. Caso haja viajantes com restrições/necessidades alimentares específicas, a CONTRATADA deverá prover solicitação de **alimentação diferenciada** nos cafés da manhã do hotel, às suas expensas.

4.2.3.1.5. Caso ocorra qualquer **eventualidade que impeça o fornecimento do café da manhã** pelo hotel, a **CONTRATADA** deverá garantir essa refeição aos viajantes às suas expensas, conforme definido a seguir:

4.2.3.1.5.1. O valor destinado ao café da manhã deverá ser de pelo menos US\$ 15 (quinze dólares americanos) por pessoa, em montante a ser disponibilizado ao supervisor geral da viagem, através de **cartão**

pré-pago internacional na função débito, com entrega/carga realizada com antecedência suficiente para que o café da manhã seguinte e os demais possam ser providenciados em tempo, sem prejuízo à regularidade de horários para com a alimentação dos viajantes.

4.2.3.1.6. Com relação à **distribuição dos viajantes por quartos de hotel**, devem ser observadas as seguintes condições:

4.2.3.1.6.1. Cada **Subgrupo** deverá ser acomodado no mesmo ambiente para pernoite, seja ele correspondente a quarto único ou a 2 (dois) quartos conjugados, com capacidade para acolher até 4 (quatro) pessoas, dormindo em camas separadas (uma cama por viajante), ainda que sejam camas de casal.

4.2.3.1.6.2. À exceção dos tutores de **Subgrupo**, que precisarão estar acomodados nos mesmos quartos que os seus respectivos estudantes, os demais **servidores viajantes a trabalho** poderão compartilhar quartos entre si, desde que observadas as exigências a seguir:

4.2.3.1.6.2.1. Os servidores viajantes a trabalho (do **sexo masculino**) não podem ocupar o mesmo quarto que as servidoras viajantes a trabalho (do **sexo feminino**). Ou seja, para servidores, havendo compartilhamento de quartos, precisará haver quartos exclusivamente masculinos e quartos exclusivamente femininos.

4.2.3.1.6.2.2. Para os quartos compartilhados entre os servidores e entre as servidoras, sejam eles quartos com 2 (duas), 3 (três) ou mais camas, **deverá ser assegurado que cada pessoa tenha uma cama própria, separada, ainda que seja cama de casal.**

4.2.3.1.7. No caso de haver viajante(s) PcD e/ou que necessite(m) temporariamente de **recursos de locomoção e/ou acessibilidade** por razões de saúde, tais recursos deverão ser garantidos pela CONTRATADA, às suas expensas, possibilitando-lhe(s) plena circulação no hotel.

4.2.3.1.8. Para efeito da realização dos procedimentos de **check-in** e **check-out** dos viajantes no hotel, deverão ser observados os horários das chegadas e partidas dos seus voos. Sendo assim, a CONTRATADA deverá garantir que os viajantes não fiquem desabrigados, sem acesso a banheiros, alimentação/hidratação e guarda de bagagens em intervalo de tempo que anteceda a entrada ou em intervalo de tempo posterior à saída do hotel.

4.2.3.1.9. Eventuais **custos de manutenção decorrentes do mau uso de equipamentos, móveis ou utensílios pertencentes ao hotel por parte dos viajantes** precisarão ser arcados pela CONTRATADA e informados à área demandante por e-mail, com os devidos registros e comprovações, para que haja o posterior ressarcimento.

4.2.3.1.10. A CONTRATADA **deverá fornecer** o comprovante de contratação e de quitação do pagamento integral das **diárias de hospedagem** à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net, com **antecedência de ao menos 30 (trinta) dias do embarque**.

4.2.4. Item 6 - Traslados terrestres em solo internacional: A CONTRATADA deverá providenciar até **927** (novecentas e vinte e sete) diárias de traslados (a saber: 927 = 9 diárias x 103 viajantes). Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes cujo visto estadunidense tenha sido negado. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de diárias de traslados terrestres do que o máximo previsto neste TR.

4.2.4.1. Para a contratação das diárias de traslados terrestres, deve-se atentar para as seguintes condições:

4.2.4.1.1. Os traslados contemplarão os **trechos** do aeroporto de Orlando ao hotel; do hotel aos parques e destino(s) de compra(s) previstos no **Programa Disney & NASA** (ida e volta); do hotel para o aeroporto de Orlando (EUA) quando do regresso ao Rio de Janeiro (Brasil).

4.2.4.1.2. Os veículos para os traslados deverão atender **exclusivamente** aos viajantes do **Programa Disney & NASA**, não podendo ser compartilhados com terceiros.

4.2.4.1.3. Para efeito da distribuição dos viajantes nos veículos destinados aos traslados terrestres, é importante observar que os **Grupos** definidos pela SME não poderão ser divididos em diferentes veículos, para os traslados. Ou seja, cada **Grupo** deverá ser acomodado **inteiramente** em **1 (um)** veículo terrestre para traslado, adequado à quantidade de viajantes que o componha. Neste sentido, poderá haver até 2 (dois) veículos terrestres para os traslados coletivos, à exceção do disposto no tópico 4.2.4.1.8³.

4.2.4.1.4. O(s) roteiro(s) de visitação dos parques que constam do **Programa Disney & NASA**, determinantes para o estabelecimento dos **trajetos a serem**

³ Ressalta-se que o tópico 4.2.4.1.8 prevê que a CONTRATADA deverá adotar estratégia de locomoção terrestre adicional, às suas expensas, visando atender necessidades individuais de viajantes que, porventura, sejam acometidos por eventualidades, sem prejuízo às ações de locomoção previstas para o restante dos viajantes, na execução do roteiro.

percorridos pelos veículos destinados aos traslados terrestres em solo internacional, serão definidos em conjunto pela área demandante – E/CTO e pela CONTRADADA e precisarão estar decididos com até 30 (trinta) dias de antecedência ao embarque.

4.2.4.1.5. Os **estabelecimentos comerciais que constarão do roteiro** da viagem por ocasião do dia destinado às compras dos estudantes serão definidos em conjunto pela área demandante – E/CTO e pela CONTRADADA e precisarão estar decididos com até 30 (trinta) dias de antecedência ao embarque.

4.2.4.1.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar nos veículos, às suas expensas, **água** não gaseificada aos viajantes (ao menos uma garrafa de meio litro por viajante), durante todos os trajetos contemplados pelos traslados.

4.2.4.1.7. A CONTRATADA deverá garantir que seja dada ciência aos viajantes sobre os **locais e horários de encontro para a chegada e saída dos traslados**, em cada trecho.

4.2.4.1.7.1. Havendo eventual atraso dos viajantes que porventura acarrete a perda de algum traslado, caberá à CONTRATADA providenciar **estratégia excepcional de transporte** para a locomoção dos viajantes atrasados, de modo que possam acompanhar os demais nas atividades planejadas para a ocasião.

4.2.4.1.8. A CONTRATADA deverá garantir a adoção de estratégia de locomoção terrestre adicional, às suas expensas, visando atender necessidades individuais de viajantes para a cobertura de eventualidades não previstas no roteiro, sem prejuízo às ações de locomoção coletiva previstas para o restante do grupo, visando a não interrupção do roteiro para a maioria. São exemplos de necessidades individuais de viajantes que precisarão ser contempladas por estratégia de locomoção terrestre adicional:

4.2.4.1.8.1. Necessidade de estratégia de locomoção terrestre para condução individual de viajante a local de atendimento médico;

4.2.4.1.8.2. Necessidade de estratégia de locomoção terrestre para condução individual de viajante a estabelecimentos comerciais não previstos no roteiro, quando devidamente justificada pela SME;

4.2.4.1.8.3. Necessidade de estratégia de locomoção terrestre para condução individual de viajante da atração ao hotel / do hotel à atração, em casos excepcionais, quando devidamente justificada pela SME;

4.2.4.1.8.4. Necessidades de estratégia de locomoção terrestre para condução individual de viajante, por qualquer razão não prevista neste tópico, quando devidamente justificada pela SME.

4.2.4.1.9. A CONTRATADA deverá garantir seja dada ciência aos viajantes sobre os **locais e horários de encontro para a chegada e saída dos traslados**, em cada trecho.

4.2.4.1.10. A CONTRATADA será responsável por **solucionar ocorrências de quaisquer naturezas** que acometam os traslados terrestres em território internacional, observando as determinações a seguir:

4.2.4.1.10.1. Todas as **ocorrências atípicas e não previstas** envolvendo os traslados deverão ser comunicadas à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net.

4.2.4.1.10.2. Havendo **situações graves** ocorridas durante os traslados, elas deverão ser comunicadas de imediato, através de ligação telefônica ou aplicativo de mensagem ao supervisor da viagem (o número de contato será conhecido e informado à CONTRATADA oportunamente) e/ou ao número +55 (21) 2976-2321. Posteriormente ao contato telefônico, também precisará haver registro por e-mail à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net.

4.2.4.1.10.3. Havendo **situações graves** ocorridas durante os traslados, elas deverão ser comunicadas de imediato, através de ligação telefônica ou aplicativo de mensagem ao supervisor da viagem (o número de contato será conhecido e informado à CONTRATADA oportunamente) e/ou ao número +55 (21) 2976-2321. Posteriormente ao contato telefônico, também precisará haver registro por e-mail à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net.

4.2.4.1.10.4. Caso haja **problemas com os traslados que afetem os roteiros de visita** previamente estipulados, caberá à CONTRATADA providenciar, às suas expensas, os ajustes que se fizerem necessários para garantir aos viajantes o cumprimento integral das atividades e atrações que caracterizam o **Programa Disney & NASA**.

4.2.4.1.10.5. Caso haja **problemas com os traslados que impliquem em maior permanência do que a prevista em território internacional**, caberá à CONTRATADA garantir, às suas expensas, extensão suficiente das diárias de hospedagem, ajuste na oferta de alimentação, traslados extras, extensão dos seguro-viagem com

assistência saúde. Também caberá a ela fornecer à área demandante e aos viajantes informações atualizadas quanto à retomada do fluxo normal da viagem.

4.2.4.1.11. Todos os veículos utilizados nos traslados terrestres deverão contar com **recursos de acessibilidade** para atender aos viajantes que porventura necessitarem.

4.2.4.1.12. A CONTRATADA deverá fornecer à SME, com antecedência de ao menos 30 (trinta) dias do embarque, o comprovante do pagamento integral das diárias de traslados terrestres para atender aos viajantes do **Programa Disney & NASA de janeiro de 2027**.

4.2.5. Item 7 – Aquisição de ingressos para os parques: A CONTRATADA deverá realizar a aquisição e fornecer suporte referente aos até 824 (oitocentos e vinte e quatro) ingressos para os parques previstos no **Programa Disney & NASA de janeiro de 2027**. Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes cujo visto estadunidense tenha sido negado. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de ingressos para os parques do que o máximo previsto neste TR.

4.2.5.1. Para a aquisição dos ingressos para os parques, deve-se atentar para as seguintes condições:

4.2.5.1.1. Deverão ser adquiridos ingressos para todos os parques abaixo:

- i. Parque *Epcot*® (um dia inteiro de visitação, da abertura ao fechamento)
- ii. Parque *Disney's Hollywood Studios*® (um dia inteiro de visitação, da abertura ao fechamento)
- iii. Parque *Animal Kingdom*® (um dia inteiro de visitação, da abertura ao fechamento)
- iv. Parque *Magic Kingdom*® (um dia inteiro de visitação, da abertura ao fechamento)
- v. *Kennedy Space Center*® (um dia inteiro de visitação, da abertura ao fechamento)
- vi. Parque *Universal Studios*® e *Islands of Adventure*® (um dia inteiro de visitação para os 2 (dois) parques, da abertura ao fechamento)
- vii. Parque *Epic Universe*® (um dia inteiro de visitação, da abertura ao fechamento)

4.2.5.1.2. Não será aceita a **substituição** de nenhum dos parques elencados no item anterior, exceto por absoluta impossibilidade de visitação em decorrência de sinistro, força maior ou demais acontecimentos impeditivos, publicados pelos canais oficiais dos mesmos. Apenas neste caso, será

considerada a possibilidade de substituição da visitação por outra equivalente e, para tanto, a substituição sugerida pela CONTRATADA precisará ser previamente informada e negociada com a área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net, para análise e decisão final, o que deverá ocorrer com até 30 (trinta) dias de antecedência ao embarque.

4.2.5.1.3. O período de visitação de cada parque deverá abarcar desde a sua abertura ao seu fechamento; tal período apenas poderá ser reduzido a pedido da área demandante – E/CTO, em função de sua própria necessidade ou conveniência.

4.2.5.1.4. Caberá à CONTRATADA fornecer suporte e solução, no caso de haver **problemas com o ingresso** de qualquer viajante na entrada de algum parque. Tal solução deverá ser providenciada em tempo suficiente para não gerar prejuízo no tempo de visitação ao parque, para o viajante afetado.

4.2.5.1.5. No caso haver viajante(s) PcD e/ou que necessite(m) temporariamente de **recursos de locomoção e/ou acessibilidade** por razões de saúde, tais recursos deverão ser garantidos pela CONTRATADA, às suas expensas, possibilitando-lhes plena circulação nos parques.

4.2.5.1.6. A CONTRATADA deverá fornecer **crachás de identificação** a todos os viajantes, orientando quanto às estratégias a serem adotadas no caso de se perderem dos demais, ao longo da visitação aos parques.

4.2.5.1.7. A CONTRATADA deverá enviar à área demandante – E/CTO, através do e-mail ctosme@rioeduca.net com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias do embarque, o comprovante do pagamento integral de todos os ingressos dos parques que integram o **Programa Disney & NASA**, para todos os viajantes. O *voucher* para a retirada dos ingressos físicos (cartões) deverá ser disponibilizado na mesma ocasião.

4.2.6. Item 8 – Contratação de seguros-viagem com assistência saúde: A CONTRATADA deverá providenciar a contratação de seguro-viagem com assistência saúde para os até 103 (cento e três) viajantes e fornecer suporte ao uso, nas condições a seguir:

4.2.6.1. Para a aquisição dos seguros-viagem com assistência saúde, deve-se atentar para as seguintes condições:

4.2.6.1.1. A contratação do seguro-saúde com assistência médica se justifica para garantir amparo aos viajantes ao longo de toda a viagem; também se

considerou que, que em solo internacional, despesas médicas costumam ter custo alto e que não há serviço público de saúde disponível.

4.2.6.1.2. O seguro-saúde com assistência médica deverá cobrir os viajantes desde o dia do seu deslocamento ao aeroporto na ida, finalizando no dia do seu desembarque nas CREs, na volta.

4.2.6.1.3. O valor mínimo para a cobertura de ressarcimentos previstos pelo seguro-viagem deverá ser de US\$ 70.000 (setenta mil dólares americanos). Tal valor foi definido tendo como referência o solicitado nos planejamentos das 3 (três) viagens anteriores do **Programa Disney & NASA** (ocorridas em janeiro de 2024, em janeiro de 2025 e em janeiro de 2026).

4.2.6.1.4. No caso da necessidade de se acionar o seguro-viagem com assistência médica, a CONTRATADA deverá oferecer **suporte** ao viajante, se houver dúvidas ou dificuldades no contato com a seguradora.

4.2.6.1.5. No caso da necessidade de custeio de despesas com assistência médica para qualquer dos viajantes do **Programa Disney & NASA** que ultrapassem a cobertura de US\$ 70.000 (setenta mil dólares americanos), tais despesas deverão ser providas pela CONTRATADA para garantir imediatamente o atendimento emergencial ao viajante. Neste caso, a CONTRATADA precisará informar à área demandante – E/CTO sobre o ocorrido, através do e-mail ctosme@rioeduca.net anexando a documentação comprobatória do pagamento, para que haja o posterior ressarcimento.

4.2.6.1.6. Os **comprovantes da contratação e do pagamento integral dos seguros-viagem** com assistência médica para os viajantes do **Programa Disney & NASA**, bem como as **informações sobre como acioná-los em caso de necessidade** deverão ser enviados à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do embarque.

4.2.7. Item 9 – Contratação de guias de turismo bilíngues: A CONTRATADA deverá providenciar a contratação de até 36 (trinta e seis) diárias de guias de turismo bilíngues, nas condições estabelecidas a seguir:

4.2.7.1. A quantidade de diárias prevista para ser contratada equivale à proporção de 1 (um) guia de turismo bilíngue para até 30 (trinta) viajantes, disponível diariamente, ao longo dos 9 (nove) dias de viagem, acompanhando os viajantes em todos os deslocamentos desde o traslado de chegada até o traslado de partida dos EUA, acompanhando-os ao longo das visitas aos parques e no dia destinado às compras. Sendo assim, tem-se o quantitativo de 4 (quatro) guias

para o período de 9 (nove) dias inteiros, resultando em 36 (trinta e seis) diárias a contratar.

4.2.7.2. A contratação de guias de turismo bilíngues se justifica pela necessidade de se garantir aos viajantes pleno aproveitamento das experiências ao longo da viagem.

4.2.7.3. Os guias deverão ser capazes de prestar informações gerais e peculiaridades sobre a cidade de Orlando; deverão conhecer minuciosamente cada um dos parques e estabelecimentos de compras previstos no **Programa Disney & NASA**; deverão ser capazes de realizar indicações de alternativas para alimentação e compras dos viajantes; deverão estar preparados para encaminhar os viajantes aos postos de primeiros-socorros dos parques e estabelecimentos de compras, caso necessário; deverão conhecer os trâmites para o resgate de pertences nos postos de achados e perdidos dos parques e estabelecimentos de compras; deverão estar aptos a atender aos viajantes em sua diversidade; deverão dominar as línguas portuguesa e inglesa; deverão cuidar da coesão dos **Grupos** sob sua responsabilidade, evitando dispersões; deverão instruir os viajantes sobre as estratégias a adotar, no caso de se perderem do **Grupo**, garantindo seu resgate e retorno; deverão otimizar os percursos nos parques e estabelecimentos de compras, para atingir o maior e melhor aproveitamento possível de cada um deles.

4.2.7.4. Os **comprovantes da contratação e do pagamento integral das diárias dos guias de turismo bilíngues** deverão ser enviados à área demandante – E/CTO através do e-mail ctosme@rioeduca.net com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do embarque.

4.3. Conforme exposto no **QUADRO 3**, no que se refere ao **LOTE 3 - CARTÕES PRÉ-PAGOS INTERNACIONAIS NA FUNÇÃO DÉBITO**, têm-se os serviços relativos ao fornecimento e suporte dos cartões pré-pagos internacionais na função débito, com ampla aceitação nas atrações do **Programa Disney & NASA** e nos possíveis locais de conexão entre voos, para o custeio de refeições de todos os servidores viajantes a trabalho; para o custeio de refeições e das despesas pessoais de todos os estudantes⁴; para o custeio de eventuais insumos de trabalho, para os servidores da equipe de Comunicação Social, ao longo da viagem.

4.3.1. Item 10 - Fornecimento e suporte de cartões pré-pagos internacionais na função débito para custeio de alimentação: A CONTRATADA deverá fornecer até 36 (trinta e seis) cartões pré-pagos internacionais na função débito, **destinados ao custeio das refeições dos servidores viajantes a trabalho**. Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes cujo visto estadunidense tenha sido

⁴ O cartão para o custeio das despesas pessoais não será ofertado aos servidores. Trata-se de item destinado exclusivamente aos estudantes viajantes.

negado. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de cartões para o custeio de alimentação dos servidores, do que o máximo previsto neste TR.

4.3.1.1. Para a contratação dos cartões pré-pagos internacionais na função débito para custeio de alimentação dos servidores viajantes a trabalho, deve-se atentar para as seguintes condições:

4.3.1.1.1. Cada um dos até 36 cartões de que trata este tópico será carregado com US\$ 675 (seiscentos e setenta e cinco dólares americanos). Tal valor foi calculado estimando-se que cada viajante realize as seguintes aquisições, para suas refeições diárias:

- i.1 (um) almoço com bebida não alcoólica por dia, no valor de até US\$ 25 (vinte e cinco dólares americanos).
- ii.1 (um) jantar com bebida não alcoólica por dia, no valor de até US\$ 25 (vinte e cinco dólares americanos).
- iii. Lanche(s) livre(s) com hidratação ao longo do dia, no valor total de até US\$ 25 (vinte e cinco dólares americanos).
- iv. Onde US\$ 675 (seiscentos e setenta e cinco dólares americanos) = US\$ 75 dólares ao dia x 9 dias de viagem.

4.3.1.1.2. Os cartões destinados ao custeio das refeições dos viajantes serão vinculados aos CPFs dos respectivos beneficiários.

4.3.2. Item 11 - Fornecimento e suporte de cartões pré-pagos internacionais na função débito para custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes: A CONTRATADA deverá fornecer até 67 (sessenta e sete) cartões pré-pagos internacionais na função débito, **destinados ao custeio das despesas pessoais dos estudantes**. Considera-se a possibilidade de haver cancelamentos, desistências e/ou viajantes cujo visto estadunidense tenha sido negado. Deste modo, poderá ser efetivamente contratado um quantitativo menor de cartões para o custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes, do que o máximo previsto neste TR.

4.3.2.1. Para a contratação dos cartões pré-pagos internacionais na função débito para custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes, deve-se atentar para as seguintes condições:

4.3.2.1.1. Cada um dos até 67 cartões de que trata este tópico será carregado com US\$ 1175 (mil cento e setenta e cinco dólares americanos), dentre os quais US\$ 675 (seiscentos e setenta e cinco dólares americanos) são estimados para o custeio de toda alimentação do estudante ao longo da viagem e US\$ 500 (quinhentos dólares americanos) são previstos para as despesas pessoais do estudante.

4.3.2.1.2. O valor estimado para a alimentação considerou que cada viajante realize as seguintes aquisições, para suas refeições diárias:

- v.1 (um) almoço com bebida não alcoólica por dia, no valor de até US\$ 25 (vinte e cinco dólares americanos).
- vi.1 (um) jantar com bebida não alcoólica por dia, no valor de até US\$ 25 (vinte e cinco dólares americanos).
- vii. Lanche(s) livre(s) com hidratação ao longo do dia, no valor total de até US\$ 25 (vinte e cinco dólares americanos).
- viii. Onde US\$ 675 (seiscentos e setenta e cinco dólares americanos) = US\$ 75 dólares ao dia x 9 dias de viagem.

4.3.2.1.3. Os cartões destinados ao custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes serão vinculados CPFs dos respectivos beneficiários ou, no caso dos estudantes de menor idade, ao CPF de um dos seus genitores/tutores legais, por indicação dos próprios.

4.3.3. Item 12 - Fornecimento e suporte de 1 (um) cartão pré-pago internacional na função débito, carregado com US\$ 300 (trezentos dólares americanos), para o custeio de eventuais insumos de trabalho, para os servidores da equipe de Comunicação Social, ao longo da viagem. Tal cartão deverá ser vinculado ao CPF do servidor no papel de supervisor da edição de janeiro de 2027 do **Programa Disney & NASA**.

4.3.4. Disposições gerais sobre os cartões de que tratam os itens 10, 11 e 12 da pretensa contratação:

4.3.4.1. Os cartões de que tratam os itens 10, 11 e 12 da pretensa contratação deverão ser aceitos amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos.

4.3.4.2. Os cartões de que tratam os itens 10, 11 e 12 da pretensa contratação **deverão ser entregues descarregados** (sem valor) à SME, endereçados à área demandante (E/CTO - Rua Afonso Cavalcanti, 455, sala 102, Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP 20211-110), com até 30 (trinta) dias de antecedência da data de embarque.

4.3.4.3. Requer-se adicionalmente o envio de 10 (dez) cartões sobressalentes (sem valor), para o caso de ser necessário à SME solicitar, em qualquer tempo, a transferência de carga entre cartões, por ocasião de problemas fortuitos ocorridos ao longo da viagem.

4.3.4.4. Concomitantemente à entrega dos cartões, deverá ser enviada por e-mail através do ctosme@rioeduca.net uma lista sequencial contendo a numeração dos cartões, com os respectivos titulares indicados e valor das cargas a serem efetuadas em cada cartão, para conferência por parte da SME.

4.3.4.5. As cargas em dólares nos cartões de que tratam os itens 10, 11 e 12 da pretensa contratação deverão ser providenciadas em momento posterior ao recebimento dos cartões pela SME, mediante sinalização da área demandante por e-mail, informando a data em que se desejará que sejam realizadas, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do embarque.

4.3.4.6. Ao informar que as cargas foram realizadas, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar à área demandante evidência comprobatória, através do e-mail ctosme@rioeduca.net. Na mesma ocasião, deverá disponibilizar à área demandante canais eficientes de acesso aos saldos dos cartões (site e/ou aplicativo), por meio dos quais a SME possa conferir as cargas realizadas.

4.3.4.7. Apenas após a conferência para atestação da realização das cargas nos cartões, feita pela SME, é que os serviços referentes aos itens 10, 11 e 12 da pretensa contratação serão considerados efetivamente prestados.

4.3.4.8. A CONTRATADA deverá fornecer suporte aos beneficiários dos cartões e informar sobre canais de atendimento aos usuários. Deverá ser disponibilizado aplicativo e/ou site eficiente, por onde se possa:

- i. Realizar desbloqueio, troca de senha, bloqueio;
- ii. Consultar saldo e extrato;
- iii. Esclarecer dúvidas: sobre o funcionamento do cartão, rede credenciada e benefícios;
- iv. Relatar problemas como perda, roubo e extravio do cartão;
- v. Solicitar segunda via de cartão.

4.3.4.9. Eventuais necessidades de remanejamento de valores entre cartões, solicitados pela SME, em razão de melhor operacionalização da viagem, deverão ser atendidas pela CONTRATADA, sem nenhum ônus para a SME.

4.3.4.10. Todas as operações previstas nos tópicos 4.14.8 e 4.14.9 deverão poder ser realizadas pelo beneficiário e/ou pelo gestor master do contrato (o Coordenador Técnico de Operações) isoladamente, de modo a possibilitar fácil resolução dos problemas que porventura ocorram, envolvendo os cartões durante o uso.

4.3.4.11. O total referente à soma dos valores residuais dos cartões de que tratam os itens 10, 11 e 12 da pretensa contratação deverá ser devolvido pela

CONTRATADA ao tesouro municipal através de DARM, em até 10 (dez) dias úteis após o retorno dos viajantes do **Programa Disney & NASA** ao Brasil.

4.3.4.12. Para a emissão do DARM, salvo atualização futura a ser informada em tempo, a CONTRATADA precisará acessar o site da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do Rio de Janeiro e informar o código de receita "877-0 – Anulação de Despesa para Exercícios Anteriores".

4.3.4.13. Ao que se refere ao item 12, os bens adquiridos que sejam passíveis de inventariação ou de utilização posterior pelo órgão serão devidamente incorporados ao inventário da Secretaria Municipal de Educação.

4.3.5. Disposições gerais válidas para todos os itens da pretensa contratação:

4.3.5.1. A SME se encarregará do repasse dos nomes, contatos telefônicos e demais informações úteis dos pretensos viajantes, para que a(s) CONTRATADA(S) possa(m) executar os respectivos serviços.

4.3.5.2. Por ocasião do acesso aos dados documentais dos requerentes, destaca-se que a(s) CONTRATADA(S) deverá(ão) observar os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

4.3.5.3. Reforça-se que, para todos os itens, **poderão ser requisitadas quantidades menores** pela SME. Sendo assim, a SME somente se obrigará a pagar pelos quantitativos efetivamente solicitados para cada item.

4.4. VIGÊNCIAS

4.4.1. O(s) contrato(s) terá(ão) eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e vigorará(rão) pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data da assinatura ou da data estabelecida no memorando de início.

4.5. SUBCONTRATAÇÃO

4.5.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência da Secretaria Municipal de Educação - SME e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

4.5.2. A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1.1. Em termos gerais, são obrigações da **CONTRATADA**:

5.1.1.2. Estar ciente dos dados de contato da área demandante: **Coordenadoria Técnica de Operações** - E/CTO, que corresponde a Unidade Administrativa (SICI) nº 52575, cujo e-mail é o ctosme@rioeduca.net e cujo endereço é rua Afonso Cavalcanti, 455, sala 107 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.211-110.

5.1.1.3. Cumprir todas as obrigações constantes do TR e de sua proposta, **assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.**

5.1.1.4. Verificar a existência de **Pessoas com Deficiência (PcD)** e/ou viajante(s) que temporariamente, por necessidade de saúde, necessitem contar com recursos de locomoção e acessibilidade, garantindo-lhes as condições necessárias para cumprirem as ações previstas pelo **Programa Disney & NASA**.

5.1.1.5. Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

5.1.1.6. Enviar informações necessárias para atendimento aos serviços referentes ao(s) lote(s) contratado(s) e/ou sempre que solicitadas pela área demandante – E/CTO por correio eletrônico (ctosme@rioeduca.net) e/ou por ligação telefônica.

5.1.1.7. Arcar com todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, fretes, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, eventuais sinistros, resultantes da(s) contratação(ões) e necessários à fiel execução do objeto desse termo.

5.1.1.8. Arcar com os encargos trabalhistas e fiscais. Em caso de inadimplência, a CONTRATADA não poderá transferir à SME a responsabilidade pelos pagamentos, nem poderá onerar o objeto do(s) contrato(s) ou restringir o seu uso.

5.1.1.9. Executar o objeto desse termo por meio de **pessoas idôneas, com capacitação profissional necessária** ao cumprimento dele, **assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, no desempenho de suas funções respectivas, causem à SME.**

5.1.1.10. Obedecer às normas e às rotinas da SME, em especial às que disserem respeito à segurança, à manutenção e à integridade dos dados e procedimentos de armazenamento, transporte dos documentos impressos e/ou por meio digital, bem como sigilo em relação às informações e aos documentos.

5.1.1.11. Observar os termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), comprometendo-se a abster-se de qualquer conduta que constitua violação às suas disposições, bem como a adotar procedimentos internos de controle e proteção dos dados pessoais conforme estabelecido na lei.

5.1.1.12. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto da contratação, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, independente do controle e fiscalização exercidos pela SME.

5.1.1.13. Arcar com todos os custos advindos da alteração do câmbio na aquisição de produtos vendidos em dólar americano valendo, para fins comprobatórios, a taxa cambial do dólar americano turismo na data de aquisição de tais produtos, sem ônus e/ou custos adicionais à SME.

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - SME

5.2.1. São obrigações da SME, enquanto CONTRATANTE:

5.2.1.1. Definir e informar as listas contendo os nomes e dados de contato de todos os viajantes, componentes dos *Grupos* e *Subgrupos* do *Programa Disney & NASA* de **janeiro de 2027**, em tempo que oportunize a execução dos serviços que caracterizam a pretensa contratação.

5.2.1.2. Dar ciência aos servidores viajantes a trabalho sobre suas **responsabilidades** ao longo da realização do *Programa Disney & NASA*.

5.2.1.3. Emitir nota(s) de empenho e realizar os pagamentos devidos, conforme este TR, na forma e condições previstas no contrato e na legislação pertinente.

5.2.1.4. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços: conferência, avaliação, entrega e atestação.

5.2.1.5. Atestar Nota(s) Fiscal(is) referente(s) à prestação dos serviços descritos neste TR por 3 (três) servidores designados através de Resolução “P” publicada em

Diário Oficial. A atestação indicará que o recebimento dos serviços se deu em condições satisfatórias para o Serviço Público Municipal.

5.2.1.6. Recusar os serviços que não estiverem de acordo com as especificações descritas neste TR. A ocorrência de não-conformidades implicará a não aceitação dos materiais e serviços, devendo a CONTRATADA adotar as medidas necessárias para a sua correção e/ou substituir por produto igual ou similar com anuência da SME, sem ônus para a mesma e sem prejuízo das sanções cabíveis.

6. MODELO DE GESTÃO DOS CONTRATOS

6.1. No que concerne à **fiscalização** das pretensas contratações, a(s) CONTRATADA(S) submeter-se-ão a todas as medidas e procedimentos pertinentes. Os atos de fiscalização executados pela SME e/ou por seus prepostos não eximem a(s) CONTRATADA(S) de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

6.1.1. A fiscalização da execução dos serviços caberá à comissão designada por ato da SME. Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

6.1.2. A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela SME, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

6.1.3. Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, cujo modelo deverá ser validado pelo fiscal/gestor do contrato, apresentar à fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

6.1.4. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a SME, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade da SME ou de seus prepostos.

6.1.5. A nota fiscal referente aos serviços descritos neste TR será atestada por 3 (três) servidores designados através da resolução SME "P" publicada em Diário Oficial. A atestação indicará que o serviço se deu em condições satisfatórias para o Serviço Público Municipal.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. PRAZOS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: a este respeito, ver QUADRO 4, a seguir.

QUADRO 4 - PRAZOS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS (ENTREGAS)

ITEM	SERVIÇO	PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO
1	Emissão de até 103 passaportes, incluindo autorizações de viagem para menor desacompanhado em território internacional	Antecedência de ao menos 45 (quarenta e cinco) dias do embarque
2	Emissão de até 103 vistos estadunidenses	
3	Emissão de até 67 autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional	
4	Emissão de até 103 passagens aéreas de ida e volta (Rio de Janeiro - Orlando - Rio de Janeiro)	Antecedência de ao menos 30 (trinta) dias do embarque
5	Contratação de até 824 diárias de hospedagem	
6	Contratação de até 927 diárias de traslado terrestre para deslocamento dos viajantes em território internacional, para os trechos previstos	
7	Aquisição de até 824 ingressos para os parques do Programa Disney & NASA	
8	Contratação de até 103 seguros-viagem com assistência médica, com cobertura de ao menos US\$ 70.000 (setenta mil dólares americanos)	
9	Contratação de até 36 diárias de guias de turismo bilíngues (português/Inglês)	A entrega dos cartões descarregados deverá ocorrer com antecedência de ao menos 30 (trinta) dias do embarque. A carga nos cartões deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do embarque, a ser realizada mediante solicitação da SME.
10	Fornecimento e suporte de até 36 cartões pré-pagos internacionais na função débito, com US\$ 675 cada, para o custeio das refeições dos servidores viajantes, ao longo da viagem	
11	Fornecimento e suporte de até 67 cartões pré-pagos internacionais na função débito, com US\$ 1175 cada, para custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes, ao longo da viagem	
12	Fornecimento e suporte de 1 cartão pré-pago internacional na função débito, carregado com US\$ 300, para o custeio de eventuais insumos de trabalho, para os servidores da equipe de Comunicação Social, ao longo da viagem	

7.2. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.2.1. No que se refere ao **LOTE 1 - EMISSÃO DOCUMENTAL**, para efeito de medição a CONTRATADA deverá apresentar à SME, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias do embarque, **comprovação da emissão e da entrega dos passaportes, dos vistos estadunidenses e das autorizações de viagem** aos viajantes requerentes, contendo as quantidades executadas e lista(s) nominal(is) dos viajantes atendidos, para possibilitar a conferência por parte da SME.

7.2.1.1. O pagamento referente ao lote I será efetuado à CONTRATADA em **parcela única**, após atestação da execução dos serviços, observado o **Art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, o disposto no **Art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021** e o disposto no **Decreto Rio nº 55.822 de 24 de março de 2025⁵**, em 20 (vinte) dias

⁵ Conforme disposto no Decreto Rio nº 55.822 de 24 de março de 2025, em seu Artigo 9º:

Art. 9º Os prazos de liquidação e pagamento são cláusulas necessárias nos instrumentos de contrato, nos termos do inciso VI do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo limitados a:

I - 10 (dez) dias úteis para a emissão da NL, a contar da atestação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente; e

II - 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da data de lançamento da NL.

§ 1º Para o atendimento do inciso II, é necessário o lançamento da PD pelo órgão ou entidade em até 7 (sete) dias úteis da data de lançamento da NL.

§ 2º Caso a PD seja lançada após o prazo estabelecido no §1º deste artigo, esta será agendada para 3 (três) dias úteis a partir de sua data de lançamento.

úteis, a contar da data do protocolo do documento de cobrança.

7.2.1.1.1. A definição do prazo acima poderá ser alterada, respeitada a quantidade e desde que devidamente justificada e, em consonância com os objetivos desta contratação, com a aprovação da SME.

7.2.1.1.2. As alterações que, porventura, venham a ser promovidas não poderão implicar o aumento dos custos contratuais.

7.2.1.2. O documento de cobrança será apresentado à fiscalização para atestação e, após, protocolado na E/CTO.

7.2.1.3. O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente executados e aceitos, sem que a SME esteja obrigada a pagar o valor total do contrato do Lote I.

7.2.1.4. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela SME, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

7.2.1.5. A CONTRATADA, deverá estar ciente da PORTARIA FP/SUBEX/SUPTM Nº 01 de 26 de fevereiro 2025⁶, que disciplina a atualização do cadastro de conta corrente dos fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para atender ao contrato nº 104/2022-SMFP e atender às suas determinações.

7.2.1.6. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

7.2.1.7. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da

⁶ Portaria FP/SUBEX/SUPTM nº 06, de 31 de agosto de 2022, publicada no DO nº 115 de 05/09/2022, páginas 09 e 10: "Art. 1º Todos os prestadores de serviço e fornecedores que receberão pagamento por meio desta Superintendência Executiva de Tesouro Municipal deverão possuir conta corrente no BANCO SANTANDER (Brasil) S.A., em virtude do contrato Nº. 104/2022-SMFP, firmado com o Município do Rio de Janeiro, cujo extrato foi publicado no D.O. RIO nº 84, de 19/07/2022, página. 107. § 1º Estão dispensados da abertura de conta corrente, os seguintes prestadores de serviços e fornecedores, quando se tratar de:

I - pessoa física;

II - órgão público;

III - pessoa jurídica cujo pagamento por arquivo enviado não exceda R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - Instituições Financeiras;

V - contratação oriunda de financiamento com organismos multilaterais; e

VI - contratação de multinacional com sede fora do país".

Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança à E/CTO e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% (doze por cento) ao ano.

7.2.2. No que se refere ao LOTE 2 – PACOTE DE VIAGEM:

7.2.2.1. O pagamento referente ao Lote 2 será realizado em **duas parcelas**, sendo a **primeira parcela referente à antecipação de 60% (sessenta por cento)** do valor total do contrato e a **segunda parcela referente saldo restante**.

7.2.2.2. Quanto ao pagamento da **primeira parcela**, correspondente à antecipação de pagamento, destaca-se estar em conformidade com os tópicos **5.3 e 5.4 do ETP** que originou este TR⁷.

7.2.2.3. Para haver o pagamento da **primeira parcela**, correspondente à antecipação de pagamento, são exigidas as seguintes providências pela CONTRATADA:

7.2.2.3.1. Prestação da **garantia adicional** nas modalidades de que trata o Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

7.2.2.3.2. Comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pela CONTRATADA, para o pagamento do valor remanescente.

7.2.2.4. Para o pagamento da **primeira parcela**, A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal em valor correspondente **60% (sessenta por cento) do valor total do contrato**, tão logo tenha sido efetuada a assinatura do contrato.

7.2.2.5. O pagamento da **primeira parcela dispensa o ateste ou recebimento prévio do objeto**, o qual deverá ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

7.2.2.6. O pagamento da **primeira parcela** será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis, a contar da atestação do documento de cobrança, conforme disposto no Decreto Rio nº 55.822/2025.

7.2.2.7. O pagamento da **primeira parcela** ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

⁷O instituto do pagamento antecipado se encontra assentado no Art. 145 da Lei Federal Nº. 14.133/2021. O referido Artigo inaugura o regramento sobre o instituto expressando sua impossibilidade, seja de forma total ou parcial mas, apesar disso, seu Parágrafo 1º abre exceções para o pagamento antecipado, sendo uma delas aplicada quando: (...) (ii) representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a obtenção do serviço. Sobre o seu regramento jurídico, ver a Manifestação Técnica PG/PADM/LI/358/2024/RBVP.

7.2.2.8. Na **hipótese de inexecução do objeto**, fica a CONTRATADA obrigada a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado.

7.2.2.9. No **caso de inexecução parcial do objeto**, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

7.2.2.9.1. No caso de inexecução parcial do objeto, o valor relativo à parcela não executada do contrato **será atualizado monetariamente** pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

7.2.2.10. O pagamento relativo à **segunda parcela referente ao saldo restante** do valor contratado para o lote II somente ocorrerá após:

i.a **execução dos serviços** a ela relacionados;

ii. **a comprovação** da execução da parcela cujo pagamento fora antecipado. Para tanto, a CONTRATADA deverá enviar documentação que evidencie as quantidades executadas, para possibilitar a conferência por parte da SME.

7.2.2.11. Para o pagamento da **segunda parcela**, A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal em valor correspondente ao saldo do contrato para o Lote 2.

7.2.2.12. O valor do pagamento da **segunda parcela** à CONTRATADA será medido em razão dos **serviços efetivamente executados e aceitos**, sem que a SME esteja obrigada a pagar o valor total do saldo de 40% (quarenta por cento) do contrato referente ao Lote 2.

7.2.2.13. O documento de cobrança referente à **segunda parcela** será apresentado à fiscalização para atestação e, após, protocolado na E/CTO.

7.2.2.14. O pagamento da **segunda parcela** será efetuado em 20 (vinte) dias úteis a contar da data do protocolo do documento de cobrança, conforme disposto no Decreto Rio nº 55.822/2025.

7.2.2.15. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

7.2.2.16. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da

Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança à E/CTO e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

7.2.2.17. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

7.2.2.18. A CONTRATADA, deverá estar ciente da PORTARIA FP/SUBEX/SUPTM Nº 01 de fevereiro de 2025⁸, que disciplina a atualização do cadastro de conta corrente dos fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para atender ao contrato nº 104/2022-SMFP e atender às suas determinações.

7.2.2.19. A definição dos prazos acima poderá ser alterada, respeitada a quantidade e desde que devidamente justificada e, em consonância com os objetivos desta contratação, com a aprovação da SME.

7.2.2.20. As alterações que, porventura, venham a ser promovidas não poderão implicar o aumento dos custos contratuais.

7.2.2.21. O Documento comprobatório da despesa deverá ser emitido no CNPJ do Município do Rio de Janeiro.

- i. A autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, no caso de compra de material, deverá ser verificada junto ao site do Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica e no caso de prestação de serviço, no site do respectivo Município.

7.2.3. No que se refere ao **LOTE 3 – CARTÕES VIAGEM PRÉ-PAGOS INTERNACIONAIS NA FUNÇÃO DÉBITO**, a CONTRATADA deverá entregar os cartões à SME com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do embarque. Os cartões deverão ser entregues **descarregados**. As cargas em dólares nos cartões deverão ser providenciadas em momento posterior ao recebimento dos cartões pela SME, mediante sinalização da área demandante, por e-mail, informando a data em que desejará que sejam realizadas, o que deverá ocorrer em até 15 (dias) dias antes do embarque. Ao informar que a carga foi

⁸ Portaria FP/SUBEX/SUPTM nº 06, de 31 de agosto de 2022, publicada no DO nº 115 de 05/09/2022, páginas 09 e 10: “Art. 1º Todos os prestadores de serviço e fornecedores que receberão pagamento por meio desta Superintendência Executiva de Tesouro Municipal deverão possuir conta corrente no BANCO SANTANDER (Brasil) S.A., em virtude do contrato Nº. 104/2022-SMFP, firmado com o Município do Rio de Janeiro, cujo extrato foi publicado no D.O. RIO nº 84, de 19/07/2022, página. 107. § 1º Estão dispensados da abertura de conta corrente, os seguintes prestadores de serviços e fornecedores, quando se tratar de:

I - pessoa física;

II - órgão público;

III - pessoa jurídica cujo pagamento por arquivo enviado não exceda R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - Instituições Financeiras;

V - contratação oriunda de financiamento com organismos multilaterais; e

VI - contratação de multinacional com sede fora do país”.

realizada, a CONTRATADA deverá disponibilizar à área demandante evidência comprobatória, através do e-mail ctosme@rioeduca.net. Na mesma ocasião, deverá disponibilizar à área demandante canais eficientes de acesso aos saldos dos cartões (site e/ou aplicativo), por meio dos quais a SME possa conferir as cargas realizadas. **Apenas após a conferência para atestação da realização das cargas nos cartões, feita pela SME, é que os serviços referentes ao Lote 3 serão considerados efetivamente prestados.**

7.2.3.1. O pagamento referente ao Lote 3 será efetuado à CONTRATADA em **parcela única**, após atestação do serviço, observado o **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, o disposto no **art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021** e o disposto no **Decreto Rio nº 55.822 de 24 de março de 2025⁹**, em 20 (vinte) dias úteis, a contar da data do protocolo do documento de cobrança.

7.2.3.1.1. A definição do prazo acima poderá ser alterada, respeitada a quantidade e desde que devidamente justificada e, em consonância com os objetivos desta contratação, com a aprovação da SME.

7.2.3.1.2. As alterações que, porventura, venham a ser promovidas não poderão implicar o aumento dos custos contratuais.

7.2.3.2. O documento de cobrança será apresentado à fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na E/CTO.

7.2.3.3. O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente executados e aceitos, sem que a SME esteja obrigada a pagar o valor total do contrato do Lote 3.

7.2.3.4. O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela SME, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

7.2.3.5. A CONTRATADA, deverá estar ciente da PORTARIA FP/SUBEX/SUPTM Nº

⁹ Conforme disposto no Decreto Rio nº 55.822 de 24 de março de 2025, em seu Artigo 9º:

Art. 9º Os prazos de liquidação e pagamento são cláusulas necessárias nos instrumentos de contrato, nos termos do inciso VI do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo limitados a:

I - 10 (dez) dias úteis para a emissão da NL, a contar da atestação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente; e

II - 10 (dez) dias úteis para pagamento, a contar da data de lançamento da NL.

§ 1º Para o atendimento do inciso II, é necessário o lançamento da PD pelo órgão ou entidade em até 7 (sete) dias úteis da data de lançamento da NL.

§ 2º Caso a PD seja lançada após o prazo estabelecido no §1º deste artigo, esta será agendada para 3 (três) dias úteis a partir de sua data de lançamento.

01 de 26 de fevereiro de 2025¹⁰, que disciplina a atualização do cadastro de conta corrente dos fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro para atender ao contrato nº 104/2022-SMFP e atender às suas determinações.

7.2.3.6. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

7.2.3.7. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança à E/CTO e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% (doze por cento) ao ano

7.3. Os Documentos comprobatórios das despesas oriundas de todos os lotes a serem licitados deverão ser emitidos no CNPJ do Município do Rio de Janeiro.

7.3.1. A autenticidade da Nota Fiscal Eletrônica, no caso de compra de material, deverá ser verificada junto ao site do Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica e no caso de prestação de serviço, no site do respectivo Município.

7.4. A futura contratação observará o disposto no Decreto Rio nº 55.822/2025.

7.5. O valor proposto na licitação é aquele que será pago à empresa, independentemente de variação no valor dólar.

7.6. O cronograma de execução dos pagamentos será feito conforme QUADROS 5, 6 e 7 a seguir:

QUADRO 5 - LOTE 1, EMISSÃO DOCUMENTAL – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO	PARCELA 1	PRAZO PARA PAGAMENTO
------------------------------------	-----------	----------------------

¹⁰ Portaria FP/SUBEX/SUPTM nº 06, de 31 de agosto de 2022, publicada no DO nº 115 de 05/09/2022, páginas 09 e 10: “Art. 1º Todos os prestadores de serviço e fornecedores que receberão pagamento por meio desta Superintendência Executiva de Tesouro Municipal deverão possuir conta corrente no BANCO SANTANDER (Brasil) S.A., em virtude do contrato Nº. 104/2022-SMFP, firmado com o Município do Rio de Janeiro, cujo extrato foi publicado no D.O. RIO nº 84, de 19/07/2022, página. 107. § 1º Estão dispensados da abertura de conta corrente, os seguintes prestadores de serviços e fornecedores, quando se tratar de:

I - pessoa física;

II - órgão público;

III - pessoa jurídica cujo pagamento por arquivo enviado não exceda R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - Instituições Financeiras;

V - contratação oriunda de financiamento com organismos multilaterais; e

VI - contratação de multinacional com sede fora do país”.

ANTECEDÊNCIA DE AO MENOS 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS DO EMBARQUE	VALOR EQUIVALENTE A 100% SERVIÇOS EFETIVAMENTE EXECUTADOS E ACEITOS PELA SME	20 (VINTE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA ATESTAÇÃO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA
---	--	---

QUADRO 6 – LOTE 2, PACOTE DE VIAGEM – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO	PARCELA 1	PRAZO PARA PAGAMENTO DA PARCELA 1	PARCELA 2	PRAZO PARA PAGAMENTO DA PARCELA 2
ANTECEDÊNCIA DE AO MENOS 30 (TRINTA) DIAS DO EMBARQUE	VALOR EQUIVALENTE À ANTECIPAÇÃO DE 60% DO VALOR DO CONTRATO	20 (VINTE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA ATESTAÇÃO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA	SALDO = VALOR EQUIVALENTE A 100% SERVIÇOS EFETIVAMENTE EXECUTADOS E ACEITOS PELA SME MENOS O VALOR DA PARCELA 1	20 (VINTE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA ATESTAÇÃO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

QUADRO 7 – LOTE 3, CARTÕES – CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO	PARCELA 1	PRAZO PARA PAGAMENTO
ANTECEDÊNCIA DE AO MENOS 15 (QUINZE) DIAS DO EMBARQUE (CARGA NOS CARTÕES)	VALOR EQUIVALENTE A 100% SERVIÇOS EFETIVAMENTE EXECUTADOS E ACEITOS PELA SME	20 (VINTE) DIAS ÚTEIS, A CONTAR DA ATESTAÇÃO DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

7.7. Todas as CONTRATADAS deverão estar ciente da Resolução CGM-Rio nº 2119, de 09 de janeiro de 2026, instituída pela Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro por meio, que dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastro das Notas Fiscais diretamente no Sistema VERITAS.

7.7.1. O cadastro da nota fiscal no sistema Veritas deverá ser realizado concomitantemente ao envio da Nota Fiscal para atestação. O envio da Nota Fiscal apenas por e-mail ou por qualquer outro meio não substitui o cadastro no sistema e não será suficiente para fins de liquidação e pagamento.

7.7.2. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O(s) prestador(es) dos serviços referentes aos lotes a licitar será(ão) selecionado(s) através de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo por critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento no Art. 28, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo observado ainda o Decreto Rio nº 51.078, de 5 de julho de 2022.

8.2. No que se refere aos requisitos de habilitação jurídica, previdenciária, trabalhista, fiscal e econômico-financeira, devem ser exigidos aqueles estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Requisitos para a habilitação das LICITANTES:

8.3.1. Para todos os lotes, as empresas proponentes deverão comprovar que atuam no ramo de atividade adequado à prestação dos serviços a contratar, apresentando cópia do contrato social e das últimas alterações contratuais certificadas pela Junta Comercial, demonstrando objeto social compatível com o objeto do edital e que atenda às exigências estabelecidas pela área demandante.

8.3.2. Não poderão participar da licitação as empresas proponentes que estiverem declaradas inidôneas, quer pela União, Estados, Municípios ou Distrito Federal. As empresas que estiverem impedidas - nos termos desta cláusula - de participar e que apresentarem propostas, independentemente de seu recebimento, serão desclassificadas e responsabilizadas nos termos da lei.

8.3.3. No que se refere à **comprovação de capacidade técnica** para a prestação dos serviços de que trata a pretensa contratação, os requisitos são:

8.3.3.1. Para o Lote 1, a LICITANTE deverá apresentar certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência anterior na execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação (**emissão de passaportes e emissão de vistos estadunidenses**, considerados a parcela de maior relevância técnica do lote I) em, no mínimo, **30% (trinta por cento)** do quantitativo de cada um dos itens.

8.3.3.1.1. No que se refere ao Lote I, será admitida a soma de certidões ou atestados para cada um dos referidos itens, para fins da comprovação do percentual estabelecido.

8.3.4. No que se refere ao Lote 2, a LICITANTE deverá:

8.3.4.1. Estar registrada no Ministério do Turismo, nos termos da Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, regulamentada pelo Decreto nº. 7.381, de 2 de dezembro de 2010.

8.3.4.2. Possuir credenciamento no IATA Internacional (*International Air Transport Association*) **ou** declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular comprovando que é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato **ou** comprovar ter de vínculo comercial com empresa que o tenha - Empresa

Consolidadora Credenciada.

8.3.4.3. Apresentar certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior na execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação (realização de viagem internacional) em **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo de cada um dos itens que constituem a parcela de maior relevância técnica do Lote II, em razão de terem valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total do lote, a saber: **passagens aéreas, diárias de hospedagem, diárias de traslado terrestre e ingressos.**

8.3.4.3.1. No que se refere ao Lote 2, não será admitida a soma de certidões ou atestados, devendo haver certidão ou atestado único, para cada um dos referidos itens, que comprove o percentual de 50% (cinquenta por cento), considerando-se a realização de viagem internacional.

8.3.4.3.2. O percentual de 50% (cinquenta por cento) e a exigência de certidão ou atestado único para comprovação de experiência anterior em emissão de passagens aéreas, contratação de diárias de hospedagem, contratação de diárias de traslado terrestre e fornecimento de ingressos considerando-se viagem internacional justifica-se em razão do **Programa Disney & NASA** exigir elevada cautela por parte da SME, em função da complexidade dos serviços, que exigem expertise da CONTRATADA na perfeita coordenação entre os itens do referido lote, para o sucesso do Programa; por envolver um grande quantitativo de viajantes, dentre os quais muitos menores de idade, o que exige da CONTRATADA experiência em atuar com grupos numerosos, num mesmo contrato; e em face da execução dos serviços se dar em território internacional, o que acarretaria uma maior dificuldade de atuação da Administração, no caso de necessitar agir corretivamente para atenuar inadimplência da CONTRATADA. Cabe assim destacar que é decorrência do exercício do poder discricionário da Administração Pública a definição fundamentada e justificada da especificação dos itens a serem objetos de contratação, arbitrando as exigências a serem colocadas em edital, para se resguardar de possíveis LICITANTES sem capacitação para assumir um contrato cuja complexidade e materialidade foram previamente definidas pelo administrador. Por tal manifestação, tem-se que tanto é de responsabilidade quanto discricionário da Administração elencar as exigências a serem apresentadas em edital, visando resguardar a Administração da perfeita execução técnica dos serviços a contratar. Sendo assim, enfatizamos que se buscam no mercado empresas especializadas no ramo, tentando sempre conter a participação de aventureiros. O Certame tem como objetivo, embora buscando a maior competitividade possível, permitir que uma amplitude de empresas possa ofertar seu produto desde que atendam as especificações requeridas pela Administração, a partir de exigências e requisitos mínimos.

8.3.4. Na **qualificação econômico-financeira** de todos os lotes, entende-se como necessária a indicação dos seguintes índices e coeficientes:

8.3.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

i. Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1.

Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

ii. Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1.

Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

ATIVO CIRCULANTE

ILC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

iii. Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1.

Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

IE = -----

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.3.4.1.1.A LICITANTE que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

8.3.4.1.2.Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

8.3.4.1.2.1. Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

8.3.4.1.2.2. Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente, contendo:

8.3.4.1.2.2.1. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

8.3.4.1.2.2.2. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

8.3.4.2. A LICITANTE que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

8.3.4.2.1. Os índices e percentuais definidos levam em consideração o mínimo que se entende adequado para a avaliação da saúde financeira da empresa, em contratação desse porte, cuja complexidade envolve levar crianças e adolescentes, em grande número, em viagem internacional.

8.3.4.3. Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. Para as licitantes sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidão do 2º Ofício de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas, caso pessoa física ou Microempreendedor Individual – MEI.

8.3.4.3.1. As LICITANTES sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

8.3.4.4. Exige-se dos LICITANTES, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 A(s) proposta(s) de preços deverá(ão) ser elaborada(s) com base nos modelos apresentados no **ANEXO I** deste TR.

9.2 A(s) empresa(s) participante(s) deverá(ão) apresentar cotação para todos os itens/etapas/serviços do lote a que se visa à contratação, e as propostas de preços deverão ser apresentadas de forma detalhada, conforme planilhas de composição de custos unitários que acompanham os modelos do **ANEXO II** deste TR.

9.3 No valor total deverão estar considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

9.4 Serão desconsideradas as propostas que deixarem de apresentar cotação nos termos estabelecidos neste TR.

9.5 O valor estimado da contratação é de **R\$ 5.312.176,48** (cinco milhões trezentos e doze mil cento e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A dotação orçamentária da futura contratação está relacionada a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	TIPO PATRIMONIAL	ITEM PATRIMONIAL
10.1601.16.001.12.368.9807.4967	339031	18	192

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A recusa da CONTRATADA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente se o prestador de serviço convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado prestar os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 11.2.

11.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) Licitante poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no Art. 156 da Lei Federal no 14.133/2021, no Art. 589 do RGCAF e em outras legislações aplicáveis.

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- I.** 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso.;
- II.** 0,3% (três décimos por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso.
- III.** Após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do contrato, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.
- IV.** 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de recusa em o contrato ou retirar o instrumento equivalente.
- V.** 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

11.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

11.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas

independentes entre si.

11.6. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

TABELA 2		
INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão, corporal ou consequências letais, por ocorrência	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por 02 serviço e por dia	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos o previstos no Contrato	01

11.7. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

11.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” subitem 11.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

11.9. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do subitem 11.2. não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

11.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

11.12. A aplicação das sanções previstas no subitem 11.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.14. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 11.2 poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- (a)** Sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- (b)** Praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- (c)** Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

11.15. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro — D.O. RIO do ato que as impuser.

11.16. Se, no prazo previsto no subitem 11.7 deste TR, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade.

11.17. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.18. Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do

Contrato.

11.19. Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

11.20. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do subitem 11.2 não possuem caráter compensatório e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.21. A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 11.2 é da competência da COORDENADORIA e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE.

11.22. No que se refere ao LOTE 2, no caso da inexecução parcial ou total dos serviços, além das sanções previstas nos itens anteriores:

I. Fica a CONTRATADA obrigada a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

I. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

II. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

III. O valor a ser restituído deverá ser devolvido à municipalidade através de DARM, no 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da inexecução.

12. GARANTIA CONTRATUAL

12.1 No que se refere ao Lote 1 e ao Lote 3, deverá ser prestada garantia de 2% (dois por cento) do valor total do contrato a ser celebrado, até o momento de sua assinatura, em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, que será utilizada para assegurar as obrigações associadas podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das obrigações a serem assumidas.

12.2 No que se refere ao Lote 2, em acordo com o disposto no §2º do Artigo 145 da Lei Federal nº. 14.133/2021, deverá ser prestada garantia adicional de 10% (dez por cento) do valor total do contrato a ser celebrado, até o momento de sua assinatura, como condição de admissibilidade do pagamento antecipado de 60% (sessenta por cento), em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, que será utilizada para

assegurar as obrigações associadas podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das obrigações a serem assumidas.

12.3 A SME poderá utilizar a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a SME ainda reter créditos.

12.4 Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no contrato poderão ser descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

12.5 Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente à SME, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Na contagem dos prazos da contratação, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente na SME.

13.2. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, formulada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** deste TR e as demais condições.

13.3. Declaramos que ao objeto da pretensa aquisição não se aplica o disposto na PORTARIA "N" IPLANRIO Nº 302 DE 09 DE MAIO DE 2023 e no art. 4º, inciso X do DECRETO Nº 30.648 DE 5 DE MAIO DE 2009, tendo em vista não se tratar de aquisição de bens e/ou contratação de serviço de Tecnologia da Informação, mas de aquisição de produtos comuns.

13.4. Trata-se da contratação não caracterizada como mão de obra relevante ou preponderante em qualquer dos lotes, não cabendo a submissão do presente administrativo à análise e parecer da CODESP, uma vez que o pretenso instrumento não se enquadra em nenhuma das obrigatoriedades previstas nos incisos do Art 3º do Anexo Único do Decreto Rio Nº 56.451, de 23 de julho de 2025.

13.5. A futura contratada deverá observar as disposições do DECRETO RIO Nº 55659, de 20 de janeiro de 2025 que Institui o Código de Integridade dos Fornecedores e Colaboradores

Externos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

13.6. Fazem parte da contratação as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DEBORAH REGINA ABREU DOS SANTOS

PEI - Mat.: 10/307.724-5

E/CTO

ALINE VALADÃO VIEIRA GUALDA PEREIRA

PEF – E/CTO

Matr.: 10/302.451-0

De acordo:

RODRIGO JOSÉ ABREU DOS SANTOS

Coordenador Técnico - E/CTO

Matr.: 11/263.563-9

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(em papel timbrado ou personalizado da licitante/fornecedor)

À

Nome do Órgão: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		Pregão Eletrônico SRP nº:	CNPJ:
Razão Social:		E-mail:	
Endereço:		Tel.:	
Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
Validade da Proposta: xxx (xxxxx) dias			

I – OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços referentes à emissão documental (emissão de passaportes, emissão de vistos estadunidenses e emissão de autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional) para os viajantes requerentes (que ainda não os possuírem); fornecimento de pacotes de viagem, contemplando passagens aéreas, hospedagens, traslados terrestres, ingressos para os parques constantes do Programa, seguros-viagem e guias turísticos bilíngues; fornecimento de cartões pré-pagos internacionais na função débito, com ampla aceitação em território estadunidense, garantia de aceitação nas atrações do **Programa Disney & NASA** e nos possíveis locais de conexão entre voos, para pagamento das refeições de todos os viajantes, durante 8 (oito) dias; oferta de cartões pré-pagos internacionais na função débito, com ampla aceitação em território estadunidense, garantia de aceitação nas atrações do **Programa Disney & NASA** e nos possíveis locais de conexão entre voos, para gastos com despesas individuais dos estudantes.

II – PLANILHA DE PREÇOS

LOTE	CÓDIGO SIGMA	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÁXIM A ESTIMADA [A]	VALOR UNITÁRIO [B]	VALOR TOTAL ESTIMADO C= [A*B]
1	2100720 002-44	1	Assessoria completa na emissão de até 103 passaportes, com no máximo uma tentativa de passaporte por viajante, incluindo autorizações de viagem para menor desacompanhado em território internacional, para todos os menores, conforme legislação, incluindo o pagamento de taxas, o preenchimento de formulários, a impressão e disponibilização de formulários físicos sempre que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes dos passaportes, nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	103		

		2	Assessoria completa na emissão de até 103 vistos estadunidenses, com no máximo uma tentativa de visto por viajante, incluindo o pagamento de taxas, o preenchimento de formulários, a impressão e disponibilização de formulários físicos sempre que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes dos vistos estadunidenses, nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	103		
		3	Assessoria completa na emissão de até 67 autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional, com firma dos responsáveis legais aberta e reconhecida em cartório, destinadas aos estudantes viajantes. Tal serviço inclui o pagamento de taxas cartoriais, a impressão e o preenchimento dos formulários que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes das autorizações, nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	67		
2	2200600 002-09	4	Aquisição de até 103 passagens aéreas de ida e volta, em voo comercial, partindo da cidade do Rio de Janeiro (Brasil) para a cidade de Orlando (EUA) e partindo da cidade de Orlando (EUA) para a cidade do Rio de Janeiro (Brasil), nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	103		
		5	Contratação de 8 diárias de hospedagem em hotel 3 estrelas ou superior, com café da manhã, para até 103 viajantes, onde 824 diárias totais = 8 diárias x 103 viajantes. Deve-se considerar que cada <i>Subgrupo</i> deverá pernoitar no mesmo ambiente, seja ele correspondente a quarto único ou a 2 quartos conjugados, para acomodar até 4 pessoas, dormindo em camas separadas (uma cama por viajante), ainda que sejam camas de casal, nas condições dispostas no Termo de Referência	DIÁRIAS X VIAJANTES	824		
		6	Contratação de 9 diárias de traslado terrestre em território internacional, para deslocamento dos até 103 viajantes, onde 927 diárias totais = 9 diárias x 103 viajantes, contemplando os trechos desde o aeroporto de Orlando (EUA) para o(s) endereço(s) de hospedagem, do(s) endereço(s) de hospedagem para as atrações do Programa <i>Disney & NASA</i> e retornos, do(s) endereço(s) de hospedagem para o aeroporto de embarque em Orlando (EUA), para regresso ao Rio de Janeiro (Brasil), nas dispostas no Termo de Referência	DIÁRIAS X VIAJANTES	927		
		7	Aquisição de ingressos para os 8 parques do Programa <i>Disney & NASA</i> , para os até 103 viajantes, onde 824 ingressos totais = 8 ingressos x 103 viajantes, nas condições dispostas no Termo de Referência	INGRESSOS X VIAJANTES	824		
		8	Contratação de até 103 apólices de seguro-viagem com assistência médica, com abrangência para todo o período da viagem internacional que caracteriza o Programa <i>Disney & NASA</i> , desde o dia do deslocamento dos viajantes para o aeroporto, na ida, até o dia da chegada dos viajantes nas CRE de origem, na volta, nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	103		
		9	Contratação de 9 diárias de serviço de até 4 guias de turismo bilíngues (português/Inglês), onde 36 diárias totais = 9 diárias x 4 guias, atendendo à proporção de 1 (um) guia para até 30 pessoas, para acompanhar os até 103 viajantes em todas as	DIÁRIAS X GUIAS	36		

			atividades do Programa <i>Disney & NASA</i> , nas condições dispostas no Termo de Referência				
3	2200600 002-09	10	Fornecimento e suporte de até 36 cartões pré-pagos internacionais na função débito, aceitos amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, carregados com US\$ 675 cada cartão, para o custeio da alimentação dos servidores viajantes a trabalho, ao longo de toda viagem, nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	36		
		11	Fornecimento e suporte de até 67 cartões pré-pagos internacionais na função débito, aceitos amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, com US\$ 1175 cada cartão, para o custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes, ao longo de toda viagem, nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	67		
		12	Fornecimento e suporte de 1 cartão pré-pago internacional na função débito, aceito amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, com US\$ 300, para o custeio de eventuais despesas com insumos para a realização do trabalho da equipe de comunicação social, nas condições dispostas no Termo de Referência	UNIDADE	1		

A presente proposta corresponde ao valor global de R\$ _____.

Declaramos que o objeto cotado atende às exigências do Termo de Referência/Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência/Edital.

Declaramos inteira submissão à Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021 e suas eventuais alterações posteriores e ao Regulamento Geral e Administração Financeira (RGCAF), aprovado pelo Decreto-Lei nº 3.221 de 18/09/1981 com alterações resultantes da Lei nº 8.883/1994.

Declaramos que não nos enquadrados em nenhuma das proibições descritas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 de 01/04/2021.

Declaramos ainda que as condições de pagamento são as usuais do Município do Rio de Janeiro (mediante Nota de Empenho) e temos ciência da Portaria FP/SUBEX/SUPTM nº 06, de 31 de agosto de 2022, publicada no DO nº 115 de 05/09/2022.

Declaramos que estamos cientes que o prazo do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação podendo ser prorrogadas nos termos da Lei nº 14.133/2021. O licitante declara que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o fornecimento licitado, inclusive a margem de lucro.

Declaro ainda estar ciente de que a apresentação de propostas com valores acima dos praticados pelo mercado contribuem para o superfaturamento dos serviços, sujeitando-se à responsabilização solidária pelo dano evidenciado (Acórdão TCU nº 8497/2022 – Segunda Câmara).

Local e data,

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO II - PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

• LOTE I:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO POR PARTICIPANTE		
LOTE I – Emissão documental		
	R\$	%
Módulo I		
1.1. Emissão de passaporte		
1.2. Emissão de visto estadunidense		
1.3. Emissão de autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional		
Módulo II		
2.1. Taxa de administração		
2.2. Outros custos (especificar)		
Módulo I + II		
Total		

• LOTE II:

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO POR PARTICIPANTE		
LOTE II – Pacotes de viagem Programa <i>Disney& NASA</i>		
	R\$	%
Módulo I		
1.1. Passagens aéreas de ida e volta (Rio de Janeiro - Orlando - Rio de Janeiro) incluindo bagagem despachada		
1.2. Diárias de hospedagem (incluindo café da manhã)		
1.3. Diárias de traslados terrestres para deslocamento em território internacional		
1.4. Ingressos		
1.4.1. Epcot®		
1.4.2. Disney's Animal Kingdom®		
1.4.3. Disney's Hollywood Studios®		
1.4.4. Magic Kingdom®		
1.4.5. Kennedy Space Center®		
1.4.6. Universal Studios®		
1.4.7. Islands of Adventure®		
1.4.8. Epic Universe®		
1.5. Guia de turismo bilíngue		
1.5.1. Diárias de guia de turismo bilíngue		
1.5.2. Encargos Sociais e Trabalhistas		
1.5.3. Benefícios		

1.5.4. Insumos (especificar)		
1.5.6. Custos Indiretos (especificar)		
1.6. Seguro-Viagem com Assistência Saúde		
Módulo II		
2.1. Taxa de Administração		
2.2. Outros Custos (especificar)		
Módulo I + II		
TOTAL		

• **LOTE III:**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO POR PARTICIPANTE		
LOTE III – Cartões pré-pagos viagem na modalidade débito		
	R\$	%
1.1. Cartão destinado às refeições		
1.1.1. Valor unitário a ser disponibilizado em cada cartão		
1.1.2. Taxa administrativa percentual		
1.1.3. Valor em R\$ da taxa administrativa ofertada		
1.2. Cartão destinado às despesas individuais do aluno		
1.2.1. Valor unitário a ser disponibilizado em cada cartão		
1.2.2. Taxa administrativa percentual		
1.2.3. Valor em R\$ da taxa administrativa ofertada		
1.3. Cartão destinado ao custeio de insumos da Comunicação Social		
1.2.1. Valor a ser disponibilizado no cartão		
1.2.2. Taxa administrativa percentual		
1.2.3. Valor em R\$ da taxa administrativa ofertada		
TOTAL		

* A variação do valor do dólar não implicará ajuste no valor ofertado; ou seja, o valor proposto na licitação é aquele que será pago à empresa, independentemente do valor dólar.

1 – Modalidade de Licitação / N°: xxxxxxxxxxxxx

2 – Base Legal: Lei Federal nº 14.133/2021

3 – Objeto da Contratação: contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços referentes à emissão documental (emissão de passaportes, emissão de vistos estadunidenses e emissão de autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional) para os viajantes requerentes (que ainda não os possuem); fornecimento de pacotes de viagem, contemplando passagens aéreas, hospedagens, traslados terrestres, ingressos para os parques constantes do Programa, seguros-viagem e guias turísticos bilíngues; fornecimento de cartões pré-pagos internacionais na função débito, com ampla aceitação em território estadunidense, garantia de aceitação nas atrações do **Programa Disney & NASA** e nos possíveis locais de conexão entre voos, para pagamento das refeições de todos os viajantes, durante 8 (oito) dias; oferta de cartões pré-pagos internacionais na função débito, com ampla aceitação em território estadunidense, garantia de aceitação nas atrações do **Programa Disney & NASA** e nos possíveis locais de conexão entre voos, para gastos com despesas individuais dos estudantes.

4 – Empresa: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

(A) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – **ITEM X (descrição do item)**

A.1. Apresentação de prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

A.2. Para fins de análise da capacidade técnica, estabelece-se como parcela de maior relevância a locação de ônibus, por constituir o núcleo central e estrutural do objeto contratado.

A.3. O(s) Atestado(s) de comprovação de Capacidade Técnica de deverá(ão) corresponder a, no mínimo, **XX**% (trinta por cento) do quantitativo licitado para o item.

5 – Quadros referentes à análise dos documentos apresentados pela Empresa:

Quadro 1- Análise dos itens de cada documento apresentado

EMPRESA / INSTITUIÇÃO EMISSORA DO DOCUMENTO	DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) CONSIDERADO(S) NÃO COMPATÍVEL(IS) COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO (POR NÃO SEREM COMPATÍVEIS, SUAS QUANTIDADES NÃO SERÃO CONSIDERADAS)	DESCRIÇÃO DO(S) ITEM(NS) CONSIDERADO(S) COMPATÍVEL(EIS) COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO	QUANTIDADE(S) DO(S) ITEM(NS) CONSIDERADOS COMPATÍVEL(EIS) COM O OBJETO DA CONTRATAÇÃO (UNIDADES)
--	--	--	---

QUANTITATIVO TOTAL DOS ITENS COMPROVADOS, CONSIDERADOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO:			

Quadro 2 – Demonstrativo da conclusão (habilitação / inabilitação), a partir da análise dos documentos apresentados

ITEM A LICITAR	DESCRIÇÃO DO ITEM A LICITAR	QUANT. A LICITAR	% MÍNIMO EXIGIDO, PARA A COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA	QUANTIDADE CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO (UNIDADES) (A)	QUANTITATIVO COMPROVADO PELA LICITANTE (B)	CONCLUSÃO Se (B) < (A) = inabilitada Se (B) >= (A) = habilitada
X	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXX	XX%	XXX	XXX	(HABILITADA ou INABILITADA)

6 – Conclusão da análise dos documentos: (possibilidades de resposta)

(Capacidade comprovada – HABILITADA)

Em estrita conformidade com a legislação vigente e com os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, quanto a **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, o(s) documento(s) apresentado(s) pela licitante foi(ram) minuciosamente analisado(s) e ficou comprovado que a referida empresa **atende** aos critérios de qualificação técnica definidos, pois o(s) documento(s) ratifica(m) pertinência com o objeto da licitação, em quantidades **compatíveis** com a exigida por esta Coordenadoria Técnica de Operações, de no mínimo de 30% (trinta por cento), da quantidade a ser licitada. Sendo assim, concluímos que a empresa YYY encontra-se **HABILITADA** para a contratação do ITEM Z (descrição do item).

(Capacidade comprovada parcialmente – INABILITADA)

Em estrita conformidade com a legislação vigente e com os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, quanto a **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, o(s) documento(s) apresentado(s) pela licitante foi(ram) minuciosamente analisado(s) e ficou comprovado que a referida empresa **atende parcialmente** aos critérios de qualificação técnica definidos, pois o(s) documento(s) ratifica(m) pertinência com o objeto da licitação, mas as quantidades **não são compatíveis** com a exigida por esta Coordenadoria Técnica de Operações, de no mínimo de 30% (trinta por cento), da quantidade a ser licitada para cada item. Sendo assim, concluímos que a empresa YYY encontra-se **INABILITADA** para a contratação do ITEM Z (descrição do item).

(Capacidade não comprovada – INABILITADA)

Em estrita conformidade com a legislação vigente e com os critérios estabelecidos no Edital e no Termo de Referência, quanto a **DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**,

o(s) documento(s) apresentado(s) pela licitante foi(ram) minuciosamente analisado(s) e ficou comprovado que a referida empresa **não atende** os critérios de qualificação técnica definidos, pois o(s) documento(s) não ratifica(m) pertinência com o objeto da licitação. Sendo assim, concluímos que a empresa YYY encontra-se **INABILITADA** para a contratação do ITEM Z (descrição do item).

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXXXXXX de 2025.

NOME DO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

Função do Responsável pela análise

Matrícula: xx/xxx.xxx-x

ANEXO II – QUADRO ESTIMATIVO DE VALORES

LOTE		CÓDIGO DO SERVIÇO	CATSERV	NOME PADRONIZADO DO SERVIÇO	TIPO DE EMPRESA	QTD	U/C	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (QTD X VALOR UNITÁRIO)	VALOR DO LOTE
1	1	2100720002-44	17701	Assessoria completa na emissão de até 103 passaportes, com no máximo uma tentativa de passaporte por viajante, incluindo autorizações de viagem para menor desacompanhado em território internacional, para todos os menores, conforme legislação, incluindo o pagamento de taxas, o preenchimento de formulários, a impressão e disponibilização de formulários físicos sempre que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes dos passaportes, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	103	UNIDADE	R\$ 529,00	R\$ 54.487,00	R\$ 200.907,53
	2			Assessoria completa na emissão de até 103 vistos estadunidenses, com no máximo uma tentativa de visto por viajante, incluindo o pagamento de taxas, o preenchimento de formulários, a impressão e disponibilização de formulários físicos sempre que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes dos vistos estadunidenses, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	103	UNIDADE	R\$ 1.356,51	R\$ 139.720,53	
	3			Assessoria completa na emissão de até 67 autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional, com firma dos responsáveis legais aberta e reconhecida em cartório, destinadas aos estudantes viajantes. Tal serviço inclui o pagamento de taxas cartoriais, a impressão e o preenchimento dos formulários que se fizerem necessários, bem como toda a orientação e acompanhamento presencial para assistência aos requerentes das autorizações, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	67	UNIDADE	R\$ 100,00	R\$ 6.700,00	
2	4	2200600002-09	3719	Aquisição de até 103 passagens aéreas de ida e volta, em voo comercial, partindo da cidade do Rio de Janeiro (Brasil) para a cidade de Orlando (EUA) e partindo da cidade de Orlando (EUA) para a cidade do Rio de Janeiro (Brasil), nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	103	UNIDADE	R\$ 11.864,54	R\$ 1.222.047,62	R\$ 4.424.632,34
	5			Contratação de 8 diárias de hospedagem em hotel 3 estrelas ou superior, com café da manhã, para até 103 viajantes, onde 824 diárias totais = 8 diárias x 103 viajantes. Deve-se considerar que cada Subgrupo deverá pernoitar no mesmo ambiente, seja ele correspondente a quarto único ou a 2 quartos conjugados, para acomodar até 4 pessoas, dormindo em camas separadas (uma cama por viajante), ainda que sejam camas de casal, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	824	DIÁRIAS X VIAJANTES	R\$ 1.408,20	R\$ 1.160.356,80	
	6			Contratação de 9 diárias de traslado terrestre em território internacional, para deslocamento dos até 103 viajantes, onde 927 diárias totais = 9 diárias x 103 viajantes, contemplando os trechos desde o aeroporto de Orlando (EUA) para o(s) endereço(s) de hospedagem, do(s) endereço(s) de hospedagem para as atrações do Programa Disney & NASA e retornos, do(s) endereço(s) de hospedagem para o aeroporto de embarque em Orlando (EUA), para regresso ao Rio de Janeiro (Brasil), nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	927	DIÁRIAS X VIAJANTES	R\$ 577,59	R\$ 535.425,93	
	7			Aquisição de ingressos para os 8 parques do Programa Disney & NASA, para os até 103 viajantes, onde 824 ingressos totais = 8 ingressos x 103 viajantes, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	824	INGRESSOS X VIAJANTES	R\$ 1.590,97	R\$ 1.310.959,28	
	8			Contratação de até 103 apólices de seguro-viagem com assistência médica, com abrangência para todo o período da viagem internacional que caracteriza o Programa Disney & NASA, desde o dia do deslocamento dos viajantes para o aeroporto, na ida, até o dia da chegada dos viajantes nas CRE de origem, na volta, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	103	UNIDADE	R\$ 475,81	R\$ 49.008,43	
3	10	2200600002-09	19208	Contratação de 9 diárias de serviço de até 4 guias de turismo bilingues (português/Inglês), onde 36 diárias totais = 9 diárias x 4 guias, atendendo à proporção de 1 (um) guia para até 30 pessoas, para acompanhar os até 103 viajantes em todas as atividades do Programa Disney & NASA, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	36	DIÁRIAS X GUIAS	R\$ 4.078,73	R\$ 146.834,28	R\$ 686.636,61
	11			Fornecimento e suporte de até 36 cartões pré-pagos internacionais na função débito, aceitos amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, com US\$ 675 cada cartão, para o custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes, ao longo de toda viagem, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	67	UNIDADE	R\$ 4.491,97	R\$ 161.710,92	
	12			Fornecimento e suporte de até 67 cartões pré-pagos internacionais na função débito, aceitos amplamente nos estabelecimentos comerciais dos Estados Unidos da América, com aceitação garantida nos parques do Programa e nos possíveis locais de conexão entre voos, com US\$ 1175 cada cartão, para o custeio da alimentação e das despesas pessoais dos estudantes, ao longo de toda viagem, nas condições a serem dispostas neste Termo de Referência.	GERAL	1	UNIDADE	R\$ 7.804,27	R\$ 522.886,09	
TOTAL:		R\$ 5.312.176,48		(Cinco milhões trezentos e doze mil cento e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos)						

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO
(PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Educação, como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para prestação de serviços.

Aos dias ____ do mês de _____ do ano de _____, na Rua Afonso Cavalcanti, 455, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da Secretaria Municipal de Educação, a seguir denominada **CONTRATANTE**, representado pela Sra. Subsecretária de Gestão Bettina Maria Cantuária Libonati, e a sociedade _____, estabelecida na _____ [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [*representante da sociedade adjudicatária*] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE – SME Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº 000700.003492/2026-45, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei nº 207/1980, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1/1990, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, **Lei Municipal nº 4.978/2008** e pelos **Decretos Municipais nº 17.907/1999, 18.835/2000, 21.083/2002, 21.253/2002, 22.136/2002, 27.715/2007, 31.349/2009, 40.285/2015 c/c 48.365/2021**,

40.286/2015, 46.195/2019, 49.415/2021, 51.078/2022, 51.260/2022, 51.628/2022, 51.629/2022, 51.631/2022, 51.632/2022, 51.634/2022 e 51.635/2022, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão documental, pacotes de viagem e cartões pré-pagos internacionais na função débito, visando a realização da viagem relativa ao Programa Disney & NASA em janeiro de 2027, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência. (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº 000700.003492/2026-45, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços/fornecimento dos bens.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período–base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando–se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a Secretaria Municipal de Educação esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – Quando se tratar de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Educação e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em

conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal².

[No caso do lote II incluir os seguintes parágrafos:]

Parágrafo Oitavo – A antecipação de pagamento parcial na contratação dos itens do LOTE II segue as regras previstas no item 5.3 e 5.4 do Estudo Técnico Preliminar (ETP), que fundamenta a solução descrita no Termo de Referência. Haverá o pagamento antecipado da primeira parcela referente ao LOTE II, no percentual de 60% (sessenta por cento) do valor da contratação do respectivo LOTE, nos termos do item 7.2.2 do Termo de Referência.

Parágrafo Nono – Para efeito de pagamento dos itens do LOTE II, este será realizado em duas parcelas, sendo a primeira referente à antecipação de 60% (sessenta por cento) do valor total do contrato e a segunda referente aos 40% (quarenta por cento) restantes. A contratação referente aos serviços constantes no LOTE II permite a antecipação de pagamento parcial de 60% (sessenta por cento) sobre o valor total do contrato, conforme as regras previstas, provenientes de ajustes oriundos do item 5.3.2 do Estudo Técnico Preliminar que originou o Termo de Referência.

Parágrafo Décimo – A CONTRATADA emitirá nota fiscal correspondente ao valor da antecipação de pagamento, logo após a assinatura do contrato, detalhando os valores no respectivo documento fiscal, para que a Secretaria Municipal de Educação (SME) realize o pagamento antecipado.

Parágrafo Décimo Primeiro – Havendo a antecipação do pagamento conforme previsto no item 7.2 do Termo de Referência, após a entrega dos itens/prestação dos serviços, a SME fará o pagamento do saldo restante do documento fiscal emitido pela CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo do documento de cobrança.

Caso se estabeleça exigência de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte nas contratações de obras e serviços, na forma do art. 7º do Decreto Municipal nº 31.349/2009, o parágrafo oitavo deve ser acrescido à cláusula quarta do

² No ato da contratação, a empresa deverá possuir conta corrente no BANCO SANTANDER (Brasil) S.A, nos termos da Portaria FP/SUBEX/SUPTM N° 06 de 31 de agosto de 2022.

contrato, com a seguinte redação:

Parágrafo Oitavo – Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas responsáveis pela sua execução.

CLÁUSULA QUINTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até xx (xxxx) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

[Obs: Caso se trate de fornecimento contínuo, utilizar a redação da Cláusula Sétima abaixo:]

CLÁUSULA SEXTA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de fornecimento dos bens objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

[Obs: Caso se trate de serviço contínuo, utilizar a redação da Cláusula Sétima abaixo:]

CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente Contrato serão executados sob o regime de _____
[Empreitada por Preço Unitário / Empreitada por Preço Global / Empreitada Integral / Contratação por Tarefa/Contratação Integrada/Contratação Semi-Integrada/ Fornecimento e Prestação de Serviço Associado], conforme as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter–se–á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços ou do fornecimento dos bens caberá a comissão designada por ato da SME. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados **ou bens** fornecidos, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA

[No que se refere ao lote I e ao lote III utilizar a seguinte redação:]

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de , no valor de R\$ _____ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

[No que se refere ao lote II utilizar a seguinte redação:

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de , no valor de R\$ _____ equivalente a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – A Secretaria Municipal de Educação se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção decorrente de ato praticado pela CONTRATADA, a garantia reverterá ao CONTRATANTE para execução na forma do inciso III, do art. 139 da Lei 14.133/2021. Quando a garantia for insuficiente, o CONTRATANTE promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada.

1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pela SME, o que ocorrer por último, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF** e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das

apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o **art. 465 do RGCAF**.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador

ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 12 meses contados da referida publicação ou da data estabelecida no memorando de início, se posterior.

*Obs. Os contratos que tenham por objeto o fornecimento de (i) **mão-de-obra de apoio operacional** terão prazo de **vigência de até 12 (doze) meses**, nos termos do **Decreto Municipal nº 40.286/15**, enquanto os que tenham por objeto serviços de (ii) **locação de veículos para transporte de representação, equipes de trabalho, material de consumo e expediente** terão prazo de vigência de **até 36 (trinta e seis) meses**, nos termos do **Decreto Municipal nº 40.285/2015**.*

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – prestar os serviços ou fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;
- IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços ou bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa execução do contrato até o seu término:

- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município do Rio de Janeiro ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município do Rio de Janeiro ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados, e dos materiais empregados e bens fornecidos, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela Secretaria Municipal de Educação, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiesce à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração:

- a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- b) depósito de valores em conta vinculada;
- c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autoriza a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar

os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIV – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XVI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIX – entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021;

XX – observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

XXI – comprovar a implantação de programa de integridade nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, de que trata o § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observando a alíquota aplicável e o procedimento disposto no Decreto Rio nº 49.593, de 18 de outubro de 2021, e alterações posteriores;

XXIII - Promover, sem ônus para o contratante, nos casos de remoção de vegetação, a solicitação de autorização para a remoção e posterior implantação das medidas compensatórias correspondentes, nos termos da legislação em vigor;

XXIV - Manter o registro da medida compensatória realizada de modo a ser apresentada ao contratante quando solicitado;

XXV - Realizar prova da disponibilidade de veículos e equipamentos, em conformidade com o Quadro de Equipamentos (Anexo ____), indispensáveis à execução do objeto do contrato, em todas as suas fases, mediante apresentação de relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, quando for o caso.

XXVI - Manter as condições apresentadas na proposta vencedora, caso a execução do presente contrato importe na sua exclusão do regime do SIMPLES NACIONAL.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

- I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;
- II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Obs.: A presente cláusula é necessária para cumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). Contudo, caso se trate de contrato que tenha como objeto o tratamento de dados, as obrigações específicas com relação a execução do seu objeto e o respectivo cumprimento da LGPD devem ser minudenciadas pela Pasta.

I - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da execução do presente contrato administrativo independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da adequação, o da necessidade e o da finalidade específica, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei e nesse contrato.

IV - Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa SUBCONTRATADA dependerá de autorização prévia do CONTRATANTE, restringindo-se ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, hipótese em que a SUBCONTRATADA ficará sujeita aos mesmos limites e obrigações legais e contratuais relativos à LGPD impostos à CONTRATADA, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável por garantir a sua observância perante o CONTRATANTE.

V - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

VI - A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido e em desconformidade com a LGPD e com este contrato que seus empregados, colaboradores, prepostos, consultores ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

VII - A CONTRATADA deve adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

VIII - O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo realizar diligências, inspeções e auditorias, a fim de zelar pelo cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender, no prazo indicado pelo CONTRATANTE, eventuais pedidos de comprovações formulados.

IX - A fiscalização do CONTRATANTE não exime, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da LGPD e desse ajuste.

X - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

XI - Na hipótese de ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a CONTRATADA deve comunicar ao CONTRATANTE o fato em, no máximo, 24 horas, contados da sua ciência, para que este possa comunicar à

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao Titular, na forma do art. 48 da LGPD.

XII - A CONTRATADA deverá manter banco de dados – art. 5º, IV da LGPD – em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, disponibilizando-o quando solicitado, na forma dos arts. 25 e 37 da LGPD.

XII.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XIII - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, os dados pessoais serão transferidos ao CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e eliminados definitivamente pela CONTRATADA.

XIII.1 - O CONTRATANTE manterá os dados pessoais necessários ao cumprimento do art. 16 da LGPD somente enquanto não prescritas essas obrigações.

XIV - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Obs.: Em contratos que envolvam o tratamento de dados no seu objeto, recomenda-se avaliar a inclusão de disposição sobre transferência internacional de dados, estabelecendo a sua vedação ou alguma rotina para sua eventual realização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela SME, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados ou bens fornecidos em desacordo com a

especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços ou fornecer os bens não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não atenda à exigência no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução ou o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato a Secretaria Municipal de Educação poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

(a) **Advertência;**

(b) **Multa;**

(c) **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;**

(d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

Parágrafo Primeiro – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

1) 0,5% (meio por cento) por dia útil sobre o valor da parcela/etapa em atraso do Contrato, nos primeiros 15 (quinze) dias de atraso;

2) 0,5% (meio por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, a partir do 16º (décimo sexto) dia útil de atraso;

3) após o 15º (décimo quinto) dia útil de atraso na execução do contrato, a Administração poderá optar pela extinção unilateral da avença e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato;

4) 0,5% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

5) 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a extinção do Contrato e aplicar multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
U	

1	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,5% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços ou fornecimentos contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço ou fornecer bem determinado pela fiscalização, por serviço/bem e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de extinção unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

Parágrafo Quinto- O valor das multas vencidas e não pagas deverá ser compensado com as quantias devidas à CONTRATADA e/ou executada a garantia.

Parágrafo Sexto - Quando do vencimento da penúltima e/ou da última fatura do contrato, o valor de eventual multa ainda pendente de recurso ou não vencida deverá ser retido das quantias devidas à CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo - Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de extinção administrativa do Contrato.

Parágrafo Oitavo - As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Nono - A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do caput desta Cláusula é da competência da Secretaria Municipal de Educação e a da alínea “d” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE _____ [*Secretário Municipal da Secretaria por meio da qual celebrado o contrato ou a que vinculada a entidade contratante*].

Parágrafo Décimo - A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Primeiro - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da extinção do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência

do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução à execução deste Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa _____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico–financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital por meio do qual foi licitada a aquisição objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de extinção do Contrato;
- b) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar–se–ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____)
vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E
SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto à Secretaria Municipal de Educação, que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VII**DECLARAÇÃO REF. ARTIGO 2º, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DECRETO RIO Nº 19.381/2001 E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, nos termos do parágrafo único do artigo 2º do Decreto Rio nº 19.381/01.

DECLARAMOS, de igual turno, sob as penalidades cabíveis, que não dispomos em nosso quadro societário de nenhum familiar de agente público vinculado direta ou indiretamente a unidades administrativas na linha hierárquica daquela encarregada da contratação, independentemente da modalidade adotada, nos termos do art. 7º do Decreto Rio nº 49.414/2021.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003**

(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº
_____/_____[denominação/razão social da
sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO IX
DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 27.715/07

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em conformidade com o disposto no Decreto Rio nº 27.715/2007, DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que, para a execução do objeto deste Contrato, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira que tenham procedência legal.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO X
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO XI
DECLARAÇÃO ME/EPP

(em papel timbrado da empresa)

_____ [denominação/razão social da sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº _____, DECLARA, para fins do disposto no item _____ do Edital de nº ____/____ e sob as penas da lei, atender os requisitos para enquadramento como microempresa/empresa de pequeno porte e não incorrer em qualquer dos impedimentos para se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado correspondente conferido pela legislação em vigor, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

RESSALVA: () Há regularidade fiscal () Não há regularidade fiscal

Rio de Janeiro, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

A presente Declaração deverá ser acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da microempresa ou empresa de pequeno porte licitante para comprovação do respectivo enquadramento como tal, apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 do DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007.

ANEXO XII
MODELO DE PROPOSTA

O modelo se encontra no Anexo I do Termo de Referência (Anexo I deste Edital)

ANEXO XIII
MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO
(Anexo II do Termo de Referência)

• **LOTE I:**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO POR PARTICIPANTE		
LOTE I - Emissão documental		
	R\$	%
Módulo I		
1.1. Emissão de passaporte		
1.2. Emissão de visto estadunidense		
1.3. Emissão de autorizações de viagem para menor desacompanhado em território nacional		
Módulo II		
2.1. Taxa de administração		
2.2. Outros custos (especificar)		
Módulo I + II		
Total		

• **LOTE II:**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO POR PARTICIPANTE		
LOTE II - Pacotes de viagem Programa Disney& NASA		
	R\$	%
Módulo I		
1.1. Passagens aéreas de ida e volta (Rio de Janeiro - Orlando - Rio de Janeiro) incluindo bagagem despachada		
1.2. Diárias de hospedagem (incluindo café da manhã)		
1.3. Diárias de traslados terrestres para deslocamento em território internacional		
1.4. Ingressos		
1.4.1. Epcot®		
1.4.2. Disney's Animal Kingdom®		
1.4.3. Disney's Hollywood Studios®		
1.4.4. Magic Kingdom®		
1.4.5. Kennedy Space Center®		
1.4.6. Universal Studios®		
1.4.7. Islands of Adventure®		
1.4.8. Epic Universe®		
1.5. Guia de turismo bilíngue		
1.5.1. Diárias de guia de turismo bilíngue		
1.5.2. Encargos Sociais e Trabalhistas		
1.5.3. Benefícios		

1.5.4. Insumos (especificar)		
1.5.6. Custos Indiretos (especificar)		
1.6. Seguro-Viagem com Assistência Saúde		
Módulo II		
2.1. Taxa de Administração		
2.2. Outros Custos (especificar)		
Módulo I + II		
TOTAL		

• **LOTE III:**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO POR PARTICIPANTE		
LOTE III - Cartões pré-pagos viagem na modalidade débito		
	R\$	%
1.1. Cartão destinado às refeições		
1.1.1. Valor unitário a ser disponibilizado em cada cartão		
1.1.2. Taxa administrativa percentual		
1.1.3. Valor em R\$ da taxa administrativa ofertada		
1.2. Cartão destinado às despesas individuais do aluno		
1.2.1. Valor unitário a ser disponibilizado em cada cartão		
1.2.2. Taxa administrativa percentual		
1.2.3. Valor em R\$ da taxa administrativa ofertada		
1.3. Cartão destinado ao custeio de insumos da Comunicação Social		
1.2.1. Valor a ser disponibilizado no cartão		
1.2.2. Taxa administrativa percentual		
1.2.3. Valor em R\$ da taxa administrativa ofertada		
TOTAL		

* A variação do valor do dólar não implicará ajuste no valor ofertado; ou seja, o valor proposto na licitação é aquele que será pago à empresa, independentemente do valor dólar.